

432ª ROP CONSEMA

00:20:06 Glória Roberta Paffi (Sec. executiva): Bom dia a todos, verificando o quórum, dou por iniciada a 432ª Reunião Ordinária do CONSEMA, na qual passo a cumprimentar os que compõem a mesa, a senhora presidente, Natália Resende, o subsecretário Jonatas Trindade, o presidente da Cetesb, Thomaz e todos os demais conselheiros presentes, bem como os que nos acompanham pelo modo virtual. Na sequência, submeto às atas para aprovação da presidência, dispensando a leitura das mesmas, considerando que já foram enviadas previamente para o conhecimento de todos. As atas referente à 430ª Reunião Ordinária do CONSEMA, bem como a 101ª Reunião Ordinária. Secretária?

00:20:54 Natália Resende: Bom dia, obrigada. Prazer contar com o serviço aqui da Roberta também, eu não estava aqui na reunião passada, mas já deixando as nossas boas-vindas, para a gente é uma satisfação muito grande você estar aqui. O Anselmo não está aqui presente, mas também deixo todos os nossos agradecimentos aos trabalhos que ele fez ao longo dos últimos anos, a gente aprendeu muito, e tenho certeza que você vai desempenhar um trabalho incrível aqui conosco também. Obrigada, viu? Bom, bom dia, satisfação estar aqui com vocês, mais uma reunião nossa, vou passar aqui o que a gente encaminhou também por e-mail, mas para destacar alguns pontos. A gente publicou a resolução que disciplina a coleta e a utilização de sementes em Unidades de Conservação, e isso é muito na linha de que a gente quer fomentar a questão de restauração aqui no estado, a gente fica muito feliz de contar com apoio da Fundação Florestal, né, Rodrigo, a gente foi lá num viveiro para poder olhar, para poder também fazer a publicação dessa resolução lá no Pontal, e aí a gente tenta sempre estimular iniciativas como essa, agora também no âmbito das nossas Unidades de Conservação, para a gente caminhar nessa pauta que é prioridade aqui da Secretaria, que é de restauração. A Lei do ICMS Ambiental foi aprovada na Assembleia, no ano passado a gente tinha encaminhado a proposta de Emenda à Constituição, e o Projeto de Lei para poder efetivar de fato o aumento em dois, dos quatro índices do repasse do ICMS Ambiental para os municípios, de 05 para 1, então a gente está dobrando esses dois. No ano passado foi aprovada a Emenda à Constituição e, no dia 12, foi aprovado o Projeto de Lei 948, de 2023, e isso representa cerca de 732 milhões a mais, para serem destinados, 153% maior, porque 2021 e 22 para municípios que preservam, que protegem as suas matas nativas, e isso é uma forma também da gente, seja valorizar, seja também estimular que mais municípios caminhem nessa linha que, de novo, é uma pauta muito importante, muito prioritária aqui da Secretaria. A gente fica muito feliz com essa aprovação, e aí agora vamos caminhar cada vez mais para a gente conseguir efetivá-la. A gente iniciou uma pesquisa sobre bem-estar animal nos municípios, o objetivo é levantar dados para gente formular políticas públicas robustas, aperfeiçoar as já existentes por meio de formulário eletrônico, sete questões e vai até o dia 15 de abril. A SEMIL apoiou a reintrodução de bugios ruivos em área protegida do estado. A Biota Síntese foi apresentada como case em eventos científicos na França, isso é uma coisa que a gente também quer ressaltar aqui, a academia andando junto, a academia, pesquisa, andando junto para a gente conseguir evoluir, ser sempre cada vez mais

referência, não só no Brasil, mas no mundo também. A gente registrou, na Mata Atlântica, no Cerrado, o menor desmatamento em cinco anos, então o menor índice nos últimos cinco anos, uma queda de 33%, deixo aqui nossos agradecimentos também à nossa Coordenadoria de Fiscalização, nossa Polícia Ambiental também, então a gente agradece muito o trabalho de vocês, seja tanto a prevenção quanto a repressão também, os dois elementos são muito importantes para a gente chegar a índices como esses. Os Rios Vivos, na parte aqui de recursos hídricos e saneamento, prevê uma retirada de 7,4 mil m³ lá em Cafelândia, a gente foi lá, de fato estava totalmente coberto o córrego e a gente está conseguindo agora retirar sedimentos, quando a gente foi lá já estava em cerca de 4 mil, se eu não estou enganado, já estava na metade, a gente está conseguindo fazer isso ao longo de mais de 130 cursos d'água no estado, vamos chegar a 240 até o final do ano. Na questão da Sabesp, da desestatização, que também foi apresentada aqui na reunião passada, a gente recebeu 976 contribuições, e agora a gente está em processo de aperfeiçoamento, de verificar o que vai ser incorporado. No Dia Mundial da Água, sexta-feira, a gente entregou 78 poços no interior do estado, cerca de 85 milhões de investimento, isso é muito importante tanto para a questão de abastecimento quanto de resiliência, porque a gente sempre tem que olhar a capacidade de regeneração também dos nossos cursos d'água, isso o DAEE faz na obra e também quando dá a sua outorga. A SEMIL fez visita técnica na Estação de Franca, que gera energia, é uma coisa que a gente sempre tenta aqui fomentar, a questão de economia circular, de sustentabilidade de fato, a gente está lá trabalhando também na Hidrovia Tietê-Paraná para estimular um modo mais sustentável que a gente tem de transporte, que é hidrovia, hoje pouco observado no Brasil, mas que a gente está tentando aqui no estado de São Paulo, por meio dessa obra em Nova Avanhandava, estimular e dar cada vez mais perenidade ao transporte de cargas via aquaviário, transporte aquaviário. Também foi publicada a Consulta Pública para a Concessão da Rota Sorocabana, então, 442 quilômetros, abriu no dia 11 a Consulta Pública número 01 de 2024, também o Lote Rodoviário Nova Raposo, a gente começou a reforma nas estruturas da travessia São Sebastião-Ilhabela para a gente melhorar, aprimorar o nosso sistema de travessias que a gente sabe que a gente tem desafios e a gente está todos os dias nesse nosso empenho para fazer ações de curto, médio e longo prazo aqui, para a gente conseguir fazer, de fato, o aprimoramento desse nosso setor aquaviário, setor de travessias. De forma geral, é isso. Roberta, passo a palavra de novo para você, obrigada. Registro aqui também a presença do Marcos Egídio, ex-diretor executivo da Fundação Florestal, obrigada, a gente fica muito feliz de contar aqui com a presença, com a participação, seja sempre muito bem-vindo para participar das nossas reuniões, a gente fica muito feliz de ter você aqui conosco. Também, do senhor Eduardo Jorge, secretário de meio ambiente da prefeitura, obrigada também pela presença. Da mesma forma, a gente fica muito satisfeito de vocês participarem, virem aqui, o CONSEMA é sempre um ambiente muito democrático, de diálogo, que a gente quer que seja a casa de todos. Então, obrigada pela presença, a gente sempre convida quem quiser participar, há vir aqui conosco e nos acompanhar, né Roberta?

00:28:17 Glória Roberta Paffi: Sempre. Obrigada. Passaremos agora a comunicação da Secretaria Executiva, onde passo a informar sobre as Audiências Públicas que ocorrerão no mês de abril. No dia 2 de abril, ocorrerá Audiência Pública de ampliação do

Parque Estadual da Serra do Mar, Bairro Cota 200. Também, no dia 4 de abril, a Audiência Pública do Eia Rima Segregação Sudeste do Transporte Ferroviário de Cargas e Trevo Central Compartilhado, o TCC. Também, no dia 10 de abril, Audiência Pública do Eia Rima Sistema Integrado Metropolitano e Veículo Leve Sobre Trilhos, VLT, trecho Bairro Samaritã. Também no dia 18 de abril, a Audiência Pública do Eia Rima Segregação Sudeste do Transporte Ferroviário de Cargas e Trevo Central Compartilhado. Também no dia 25 de abril, Audiência Pública do Eia Rima Segregação Sudeste do Transporte Ferroviário de Cargas e Trevo Central Compartilhado, na qual convido a todos para comparecerem e, caso também tenha maior interesse, acessar a página SEMIL CONSEMA, que está lá todas as datas e constante endereço. Obrigada. Passamos agora para os assuntos gerais, para manifestação dos conselheiros inscritos. Alguém mais? Vamos lá, a primeira que foi inscrita foi a Marina. Mais algum inscrito, por favor, levante a mão.

00:30:09 Marina Balestero: Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes, que estão nos acompanhando também virtualmente. Eu queria só reforçar dois pontos, ontem a gente encaminhou o convite do evento de Justiça Climática no email de todos os conselheiros, esse evento faz parte do processo de elaboração do Plano de Adaptação e Resiliência Climática do Estado de São Paulo, ele vai acontecer no dia 2, é um evento do dia inteiro. A gente conseguiu que ele seja híbrido, então vai ter o presencial aqui no auditório da SEMIL e a gente vai fazer a transmissão online também. O objetivo do evento é a gente discutir as diversas dimensões do conceito de justiça climática e coletar subsídios para o processo de elaboração do Plano. A gente pede para as pessoas, como a gente tem vagas limitadas presenciais, conselheiros que quiserem participar presencialmente do evento, que confirmem a presença no link que foi encaminhado no corpo do email também. E o outro ponto é que amanhã encerra o prazo para os municípios preencherem o IGR, que é o Índice de Gestão de Resíduos Sólidos, na plataforma de gestão de resíduos. O preenchimento desse formulário é a base do cálculo do IRS, que é o Índice que fala da Fração de Resíduos Sólidos, do ICMS Ambiental, é a única fração que a gente precisa da informação dada pelo município. Se o município não preencher o formulário completamente, enviar, a gente não consegue ver o formulário e fazer essa base de cálculo para passar para a Fazenda. Então, se os municípios que ainda estão preenchendo tiverem alguma dúvida, a gente deixa a Coordenadoria de Planejamento Ambiental à disposição, e eu também quero agradecer ao apoio da ANAMMA, que tem ajudado a gente nessa divulgação, junto às prefeituras do encerramento do prazo. E um lembrete, a gente não consegue prorrogar o prazo para além do dia 28 de março, porque é um prazo definido por Decreto. Então era isso, obrigada.

00:32:06 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Marina. O segundo inscrito, Ricardo Crepaldi.

00:32:12 Ricardo Crepaldi (ABES): Bom dia colegas aqui na mesa e também conselheiros online. Bom, é rápido também, eu gostaria de pedir para a secretária, secretária Natália, uma visão, uma coisa que tem acompanhado no interior, no centro-oeste paulista, principalmente, o problema de drenagem de cursos d'água urbanos, então, não só os rios em si, mas os seus afluentes. Então isso está principalmente nessa

época, obviamente, as enchentes têm aumentado demais em diversas cidades e, basicamente, a resposta é que eles não têm condição, eles não têm os recursos, às vezes eles não têm algum suporte para fazer a drenagem dos afluentes, não é só os rios, mas começa com os afluentes que chegam nesses rios, não importa se são os rios que, talvez, futuramente, às vezes uma outra cidade vai fazer captação, ou alguma coisa assim, ou se são realmente rios que são lançados os esgotos, mas toda drenagem disso, principalmente olhando para os afluentes. Eu sei que tem o projeto do DAEE, que tem uma quantidade de municípios, mas na verdade a gente tem, a senhora sabe, que muito mais do que isso, a quantidade de municípios, mas abrir um caminho, uma porta de entrada para discussão dos municípios e tentar o apoio do governo do estado. Outro ponto que eu queria colocar para vocês, os conselheiros todos, e pedir a aprovação da secretária também, para poder disponibilizar, semana passada, dia 21, foi feito o lançamento do livro do chumbo, eu comentei aqui em algumas reuniões, o lançamento desse documentário, muito bem recebido pela população de Bauru, foi feito em Bauru esse momento, e nós, como ABES, nós vamos fazer um evento dia 3 de maio, sexta-feira, para que seja passado, relançado esse documentário, e depois de assistir o documentário, vamos fazer uma mesa de reflexão sobre toda a questão do chumbo e tudo o que se afetou na área social e na área ambiental também. Então vai ser aqui na ABES, para quem não conhece, a ABES fica aqui em Pinheiros, aqui, junto da estação, bem aqui atrás, atrás dessa Secretaria, então, fica muito fácil para o pessoal se localizar. Como tem tempo, não sei se depois é possível, mas eu, na próxima reunião, eu falo novamente sobre isso, para os conselheiros que quiserem, estiverem presentes, quiserem participar, eu acho que é uma questão bem importante, principalmente porque tudo que ocorreu, a gente está revivendo essa história 20 e poucos anos depois. Eu gostaria também de pedir autorização, só para quem não conhece, se a nossa coordenação pode, eu disponibilizo o link do trailer desse documentário, que tem a participação de várias pessoas, inclusive tem a participação da própria Cetesb, para passar para todos os conselheiros, para quem quiser entender um pouco e refletir um pouco sobre o assunto, tá bom? Obrigado.

00:35:27 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Ricardo. A próxima inscrita é a doutora Rosa Ramos.

00:35:35 Rosa Ramos (OAB): Bem, muito bom dia. Bom dia, secretária, meus cumprimentos a todos, todos que estão no online também, Thomaz, o Jonatas. Bem, primeiramente queria registrar aqui o nosso agradecimento pela visita institucional da doutora Natália Resende em nossa casa, na semana passada, o que muito nos honrou, e dizer que estamos sempre com as nossas portas abertas, obviamente, não só os nossos colegas, como a doutora, mas também a todos desse conselho, para levarem suas pautas naquilo que a gente puder estar contribuindo. Quero também estender meus cumprimentos, secretária, já pautado aqui pela senhora, ao Eduardo Jorge também, ao Marcos Egídio, mas, sobretudo também o nosso convidado, o Rodrigo Ohtake, do Instituto Ohtake, que refere-se à pauta três, ao número três da pauta, eles que farão a apresentação. E, nesse sentido, solicitar a todos a possibilidade de invertermos o ponto de pauta, esse ponto de pauta para para ser o primeiro, uma vez que o um e o dois são questões da casa, são questões aqui internas, então já deixo isso encaminhado. Mas

quero cumprimentar também o nosso suplente aqui, o doutor Raul Miguel, ele que é professor de direito ambiental da USP Ribeirão, e que hoje nos dá a honra de estar presencialmente, e a Carla Harada, nossa coordenadora de educação ambiental da nossa Comissão. E aí fazer também três convites, no dia 19 de abril nós estaremos realizando o nosso Fórum Permanente de Mudanças Climáticas e Desastres Naturais, será a 4º rodada, nessa rodada estaremos debatendo saúde e mudanças climáticas, um tema também muito pertinente, que a gente coloque isso em pauta urgentemente. Então todos receberão formalmente, em breve, o nosso email, nosso convite. E, nesse mesmo dia, vamos realizar também o lançamento de um livro, que foi construído a várias mãos pela nossa Comissão, e o evento vai iniciar às 15 horas e até acabar o Fórum. E hoje a gente tem uma fala jurídica, ambiental, um evento que a gente montou nessa linha nossa de educação ambiental rápida, o desembargador e secretário da CClima do município, o doutor Renato Nalini vai estar hoje às 18 horas no nosso Instagram para a gente iniciar esse trabalho, uma fala rápida de 15, 20 minutos, para abordar algum tema jurídico e obviamente, sendo ele da CClima, a gente vai estar tratando sobre mudanças climáticas. E também para convidar a todos a acompanhar a gente nas lives dos ODSs, no próximo dia primeiro a gente vai estar falando do ODS 5, sobre igualdade de gênero, ainda em tempo, no mês das mulheres, parabéns a todas, foram eventos, cada vez você abre a geladeira, vem um convite para a gente participar, o que é muito relevante, muito importante, vendo as mulheres nesse sentido, parabenizo a nossa secretária, ainda dentro do mês, muito pertinentemente. Então era isso. Obrigada a todos e um bom trabalho para nós aqui.

00:39:15 Glória Roberta Paffi: Obrigada, doutora Rosa Ramos, o próximo inscrito, Rodrigo.

00:39:24 Rodrigo Levkovicz (FF): Bom dia a todas e a todos, bom dia secretaria Natália, Jonatas, Thomaz, Roberta. Rapidamente, queria agradecer a presença aqui do Diego, que vai falar um pouco, a equipe do Bertioga, Juliana, Eduardo, todos que estão aqui, pessoal que chegou de Bertioga, sejam bem-vindos, hoje é um dia importante, obrigado pela presença. Registrar aqui, Marcos Egídio, prazer, muito bom dividir as mesmas amarguras e alegrias com quem já passou o que a gente passa, sempre bom saber que é possível sobreviver, então a gente fica feliz. Eduardo Jorge, prazer de revê-lo, sempre uma inspiração, é muito legal sempre te encontrar. Rapidamente, dizer que ontem a Fundação protocolou também o Recurso de Apelação na sentença de Bombas, de uma forma muito respeitosa, colocando que a gente acredita na possibilidade de coexistência de territórios quilombolas e Unidades de Conservação, e que a discussão tem que ser feita em relação às tipologias e as garantias e salvaguardas para a comunidade, e as garantias e salvaguardas para determinados ambientes dentro daquele contexto geral. Sem prejuízo disso, a gente colocou como preliminar a instalação de uma mediação, de uma conciliação, e aí queria convidar todos os conselheiros do CONSEMA, caso haja o deferimento disso, em juízo, que a gente possa construir junto uma solução pacífica para que a gente não potencialize um discurso político de que não é possível a coexistência de quem defende a mesma bandeira, então é um convite, pode ser que a gente, depois de conversar, pode ter opiniões divergentes, mas a gente quer tentar promover o diálogo, fica aqui o convite para todo mundo, então era isso. Obrigado.

00:41:23 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Rodrigo. O próximo inscrito, de forma virtual, é o senhor Andrés Vernet. Vamos passar, então, para o próximo inscrito, Rogério Menezes.

00:42:14 Jonatas Trindade: Está dando algum problema no áudio aqui. Só um minutinho que o pessoal está reconfigurando. Rogério, por favor, ainda está com problema no áudio aqui, só um segundinho.

00:43:22 Glória Roberta Paffi: Então me ouvindo, Rogério?

00:43:24 Rogério Menezes (ANAMMA): Eu estou ouvindo bem.

00:43:27 Andrés Vernet: Ouvindo bem também, Roberta, depois volta pra mim, então, por gentileza?

00:43:30 Glória Roberta Paffi: Está bem, então, dando continuidade pode ser o senhor Rogério Menezes, depois eu retorno para o senhor Andrés Vernet. Obrigada.

00:43:38 Rogério Menezes: Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar os que estão à mesa, na pessoa da secretária Natália Resende, presidente da Cetesb, Thomaz. Fazer o registro do trabalho incansável desempenhado pelo Anselmo no plenário, cumprimentar a todos os demais nas pessoas da doutora Rosa Ramos, da OAB, do sempre secretário Eduardo Jorge, que está aqui com a gente hoje, e também da Verônica Sabatina, minha suplente, representando a ANAMMA Mulher neste plenário, ela que a secretária municipal de Itu. Queria cumprimentar, secretária, a todos pelo empenho, a toda administração, pelo empenho em duas boas notícias, a primeira é a aprovação da Lei do ICMS, então isso é muito bom, amplia o repasse aos municípios que têm Unidades de Conservação e outras características ambientais, isso permite aos secretários municipais das pastas bater na Secretaria de Finanças, discutir repasses aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, os recursos na área ambiental, isso é uma importantíssima conquista e a gente tem que registrar aqui. E outro agradecimento é pela publicação recente do edital da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, TCFA, várias vezes falei do assunto aqui no pleno, e agora foi publicado o segundo edital, então existe a possibilidade de novos municípios que licenciam buscarem recursos e que fazem fiscalização local, poder de polícia, exercem o poder de polícia em âmbito local, com suas fiscalizações e Licenciamento Ambiental, para que possam receber recursos que, por Lei, deveriam ser repassados aos municípios. Essa é uma luta antiga da ANAMMA, e que agora dá mais um passo à frente. Então, feito esses agradecimentos, nos colocarmos, a ANAMMA, à disposição para divulgação, como a gente tem feito em várias interações aqui com as políticas públicas do estado, entre os municípios, de todos os programas e políticas públicas em que isso for necessário. Muito obrigado, à disposição.

00:46:05 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Rogério Menezes. Vamos voltar aqui para o senhor Andrés Vernet.

00:46:12 Andrés Vernet: Bom dia a todos e a todas. Duas perguntinhas rápidas aqui, primeiro para o senhor Jonatas, senhor Jonatas, nós solicitamos, em novembro do ano passado, o agendamento de uma reunião para a gente tratar de diversos assuntos, e eu gostaria de saber como é que está essa programação, se o senhor tem alguma previsão mais breve possível? A segunda pergunta, queria fazer para o senhor Thomaz, da Cetesb, a respeito do termo de compromisso de logística reversa de embalagens junto a Abihpec, que esse termo está vencido desde outubro de 2022, ou seja, faz mais de um ano e meio, e pelo que nós temos conhecimento, eles não foi renovado, pelo menos ele não foi colocado no site, não consta isso no site, e a gente gostaria de saber como é que ficam esses fabricantes que não estão aderentes a nenhum termo de compromisso? Como é que fica na entrega dos resultados que eles devem fazer agora, até dia 31 de março? Eles vão ficar fora da legislação? Eles estão irregulares, como é que vai ficar a situação deles até 31 de março? Então, seria isso, duas perguntinhas para o senhor Jonatas e para o senhor Thomaz, muito obrigado.

00:47:38 Glória Roberta Paffi: Obrigada, senhor Andrés. Vamos passar para o próximo inscrito da forma virtual, o senhor conselheiro Fernando Prioste.

00:47:46 Fernando Prioste: Bom dia a todos e todas, espero que estejam bem. Eu tomei a palavra para dialogar com o conselheiro Rodrigo, com o estado de São Paulo, sobre a busca de soluções para o caso de Bombas. Eu li, tanto a apelação apresentada pelo estado de São Paulo, com uma apelação apresentada pela Fundação Florestal, eu acho que tem pontos ali em que pode haver divergência, mesmo na leitura das questões, mas eu acredito que o objetivo final de todos, e eu acho que principalmente da comunidade de Bombas, é que se possam resolver as questões no menor prazo possível e de acordo, sem que seja necessário utilizar do litígio do poder judiciário para resolver questões que no final, na minha forma de ver, compreendem poucos conflitos e muito mais convergências. Eu entendo da compatibilidade das Unidades de Conservação com a vida das comunidades tradicionais, mas também entendo que a realidade presente no dia de hoje e também no passado, mas ainda no dia de hoje, é de incompatibilidade no sentido de que as Unidades de Conservação, em sua grande maioria, dificultam e não ajudam a vida dessas comunidades tradicionais, e não é, vamos dizer assim, uma fala vazia de conteúdo técnico científico, essas comunidades tradicionais, de fato, promovem a conservação ambiental nessas regiões afetadas pelas constituições de Unidade de Conservação. E o problema não é só o caso de Bombas, eu acho que a gente tem que buscar a solução de todos os conflitos, de todas as sobreposições de Unidade de Conservação no estado de São Paulo, o caso de Bombas não pode ser um exemplo da necessidade de litigar para tentar resolver problemas que o próprio estado há 20 anos, quando publicou o relatório técnico com a identificação desse território anuiu em resolver, mas até hoje essas questões efetivamente não foram resolvidas, e por isso, o poder judiciário, quando foi provocado, decidiu, mas eu não tenho dúvida, e nisso concordo, sem sombra de dúvida nenhuma com o conselheiro Rodrigo, de que a busca da solução pelo diálogo é o melhor caminho, e assim eu acredito nisso, independente do poder judiciário deferir ou não essa medida, está colocados a todos nós, a própria sociedade, mas principalmente ao estado de São Paulo e a comunidade de Bombas, resolver a sua

situação mediante a diálogo e eu acho que esse é o melhor caminho, e o caminho mais possível. Obrigado.

00:50:05 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Fernando, o próximo inscrito, o conselheiro Roberto Rezende.

00:50:14 Roberto Rezende: Bom dia. Então, a gente gostaria só de aproveitar aqui e registrar a questão da gente acompanhar aqui, junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, no Conselho Estadual de Meio Ambiente, a questão da legislação federal, com as implicações que tem aqui na gestão ambiental do estado. Nos últimos dias, foi aprovada na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 364/2019, que, sob pretexto de tratar de campos de altitude, desprotege todas as formações não florestais, retira da Lei Florestal. Isso ainda vai para o Senado, então a gente gostaria de chamar atenção para isso que, na prática, esvazia a proteção de Cerrado, todas as formações, tirando aqui em São Paulo, a Mata Atlântica, é uma interpretação bastante duvidosa, que inclusive, é importante ressaltar aqui, de certa forma, ela já está contemplada na Lei Estadual aqui do PRA, então a gente pergunta, mas agora que vai ter uma lei federal falando isso? Então, é de chamar a atenção, que é um questionamento antigo que é feito ao PRA de São Paulo, que, na prática desprotege o Cerrado, pelo que foi ocupado antes de 89, mas esse Projeto de Lei é muito radical nesse sentido, que retira da Lei Florestal formações não florestais, tais como campos de amplitude, e aí pode ser interpretado, além de ser uma redação capciosa, vai causar mais insegurança jurídica ainda e desprotegendo os Cerrados e todas as formações, exceto a floresta Atlântica e Amazônica. Então, chamar a atenção, não tem nenhum encaminhamento concreto aqui, acho, para o CONSEMA, mas além de que a gente colocar como proposta que talvez a Câmara, alguma CT, de Políticas Públicas ou de Biodiversidade, a gente faça um olhar mais de acompanhar a legislação federal, as várias tentativas de alteração do Código Florestal, da Lei da Mata Atlântica, que vão incidir aqui no nosso território, então, de registrar essa preocupação trazida pelo Observatório do Código Florestal, do qual a gente participa, de mais essa medida aqui para esvaziar a legislação ambiental brasileira. Obrigado.

00:52:36 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Roberto Resende. A próxima inscrita, de forma virtual, é a senhora Cláudia Maria Habib.

00:52:36 Claudia Maria Lico Habib Tofano: Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de trazer aqui só dois pontos, o primeiro deles, até um questionamento dos demais colegas do Ministério Público, sobre as reuniões do Feprac, do Fundo Estadual de Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas, se nós poderíamos ter alguma informação sobre quando essas reuniões ocorrerão novamente? Alguns colegas estão precisando com uma certa urgência, não sei se a Cetesb poderia ter essa informação mais precisa. E um outro ponto, só para lembrar, todos nós estamos aqui, bem antenado nisso, semana que vem já inicia o próximo período de estiagem, de abril até novembro, finalzinho de outubro, estamos trabalhando firmemente no gerenciamento de riscos, e voltados em dois temas bem específicos que é a segurança hídrica, medidas de contenção, para que os municípios mantenham o abastecimento de forma frequente, com qualidade, quantidade da água, e também outro ponto de gerenciamento de riscos, a prevenção de incêndios.

O ano passado nós entramos um pouco mais confortável no período de estiagem, choveu mais, esse ano tivemos uma má distribuição das águas, então é uma questão que nos preocupa, a segurança hídrica nesse período de estiagem, a previsão é que nós tenhamos muito calor, e também, em função disso, a questão dos incêndios, do fogo descontrolado. Já agendamos reuniões com o DER, com os municípios, com as concessionárias, enfim, usinas, a Fundação Florestal, né, doutor Rodrigo, para que a gente trabalhe firmemente na prevenção, na detecção precoce e na pronta resposta, eu tenho escape. O ano passado tivemos bons resultados, a gente aprendeu o caminho das pedras, então tenho certeza que juntos, esse ano também teremos os mesmos bons resultados. Era isso, muito obrigada.

00:54:53 Glória Roberta Paffi: Muito obrigada. Vamos passar agora para o próximo e último inscrito, doutor Daniel, da PGE.

00:55:05 Daniel Smolentzov: Bom dia a todos. Agradeço pela palavra. Eu gostaria de me manifestar acerca desse assunto trazido pela Fundação Florestal e pelo conselheiro Fernando Prioste, primeiramente, para dizer que também estou na mesma linha dos conselheiros que me antecederam, de que a dupla afetação de território, inclusive na tese já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, é um bom caminho. São territórios que possuem ali comunidades tradicionais, terras indígenas também, mas que também tem uma relevância ambiental muito grande, e a Unidade de Conservação é o modo mais eficaz que nós conhecemos hoje, de preservar, sob o ponto de vista ambiental, essas áreas, esses territórios. Agora concordo também com o conselheiro Fernando Prioste, o próprio conselheiro Rodrigo, da Fundação Florestal, que o que nós precisamos é construir um bom regramento de convivência nessas áreas, de forma que as comunidades ali presentes, que elas consigam desenvolver suas atividades, consigam viver de uma forma adequada, respeitando suas tradições e também progredindo, o progresso é algo desejado por todo o ser humano, mas que esse regramento, também, nós consigamos, de alguma forma, colocar que esses territórios eles são peculiares, mesmo sob o ponto de vista ambiental, e que essa convivência ela precisa ter esses dois olhares, o uso do território de forma adequada pelas comunidades que ali estão, e a preservação do meio ambiente. Então, nesse sentido, também aqui pela Procuradoria Geral do Estado, eu acho que o diálogo é o melhor caminho, eu acho que nós podemos avançar muito neste diálogo, neste entendimento, na construção conjunta desse regramento, de forma que todos os interesses estejam preservados da melhor forma possível e trago até uma sugestão, se os conselheiros Rodrigo e Fernando Prioste concordarem, de nós usarmos o CONSEMA como um palco para essa discussão, talvez nós pudéssemos criar um grupo de trabalho dentro do CONSEMA, e eu já me coloco à disposição para participar desse grupo de trabalho, acho que a doutora Cláudia, do Ministério Público, também seria uma pessoa muito bem-vinda nesse grupo de trabalho, uma conserveira que traria bastante contribuições, a visão do Ministério Público, esse tema tem o acompanhamento especial também do Ministério Público Federal, e nós poderíamos criar esse grupo aqui entre os conselheiros e, obviamente, com autonomia para nós convidarmos outros atores para fazer essa discussão desse regramento para a ocupação desses territórios, para que nós consigamos incutir no estado de São Paulo a cultura da dupla afetação, mas essa dupla afetação, uma dupla afetação que olhasse

para cada território, que entendesse as peculiaridades de cada território, e que fizesse um regramento adequado. Então essa é a minha sugestão, se a presidente, a secretária Natália também estiver de acordo, acho que podemos usar o CONSEMA com a sua relevância para essa discussão, essa construção, não discussão, vou usar uma palavra melhor aqui, para essa construção de um entendimento comum para que, ao final, todos saiam ganhando, que as comunidades tradicionais tenham o ganho esperado e merecido, que o meio ambiente, a proteção ambiental também tenha seu ganho, e com isso, como um direito difuso, que é toda a sociedade saia lucrando com esse nosso entendimento e com essa nossa construção. Muito obrigado.

00:59:51 Glória Roberta Paffi: Obrigada, doutor Daniel, o próximo inscrito aqui de forma virtual foi o doutor Alexandre Perinotto. Não está saindo som. Pode passar as considerações da presidência?

01:00:50 Natália Resende: Obrigada a todas as participações. Fazer aqui algumas considerações, aí Jonatas, Thomaz, vocês vão me complementar aqui também, tá? Só reforçar o que a Marina colocou aqui no início em relação ao nosso evento de Justiça Climática, para todo mundo participar. É um plano que a gente quer deixar bem robusto, nosso Plano de Adaptação e Resiliência Climática, que a gente quer entregar até o final do ano, muito importante e tem uma relevância junto aos municípios, sobretudo no cenário atual, então a gente quer também desenvolver, e aí também como um eixo transversal de justiça climática, o que significa isso, de fato, como é que a gente consegue olhar em ações concretas, implementar junto com os municípios, junto com a sociedade civil? Então, a participação, desde o início, desde a premissa que a gente vai utilizar, é muito importante, daí reforço o convite. Agradeço também o Rogério aqui, a ANAMMA, que está ajudando a gente, é muito importante a participação de todos. Ricardo, você falou de um assunto que é muito interessante a gente abordar, inclusive eu acho que vale, junto com a ABES, junto com demais associações do setor, a gente explicar sobre o saneamento básico, sabe, os quatro elementos, até para a gente conseguir fomentar o assunto em entender o saneamento básico como além da água e esgoto, né? Água, esgoto, drenagem e resíduos. Isso é uma coisa que o Novo Marco, a Lei mesmo trouxe, de uma forma muito correta, porque muitas vezes, em alguns lugares do mundo, a gente enxerga saneamento só como água, e esgoto, e o saneamento básico, ele envolve a drenagem, envolve os resíduos sólidos, e aí a gente tem um desafio no Brasil em relação às competências, porque a gente tem toda uma discussão de água e esgoto aqui, e a drenagem, e aí existe uma divisão que é uma divisão, às vezes, não tão tecnicamente observada entre micro e macrodrenagem, então, a micro do aspecto de engenharia, o pessoal olha muito numa competência municipal, e aí, como município consegue, e por isso da minha fala sobre a questão da resiliência, da adaptação, como o município consegue se preparar considerada a sua competência, considerado os seus recursos, que a gente sabe que são escassos, como do estado também. E a macro, que aí é enxergada como os rios, os rios são uma macrodrenagem, e aí os rios, enquanto as suas competências de união, estado e bacia hidrográfica, como a menor unidade, e aí a gente já tem uma dissociação em relação às competências do saneamento, água e esgoto. Então a gente tem uma complexidade aqui de normas jurídicas, que é interessante a gente, inclusive, explicar como é que funciona, e bom, eu acho que isso

é um primeiro ponto que eu acho que a gente deveria falar mais sobre isso, e aí, seja junto, com a academia também, com a OAB, com o CREA, enfim, eu acho que a gente tinha que estimular essa discussão sobre o saneamento básico, o que significa, os quatro elementos, o que é a drenagem, qual é a competência também do município, a discussão que a ANA está fazendo sobre drenagem, a cobrança, etc. Então, eu acho que a gente tem que falar mais sobre isso e aí, dentro da competência estadual, eu destacaria duas coisas que a gente está tentando “bater” muito, falar muito sobre, a dos Rios Vivos, que é um programa do DAEE que está dando muito certo, até o final do ano passado a gente teve 97 municípios beneficiados, 130 cursos d’água, a gente quer chegar até o final do ano em 130 municípios, 240 cursos d’água, 174 milhões em investimento, e aí a gente tem feito de uma forma simples, mas eficiente, a gente tem uma ata no DAEE, o município adere, para ele aderir, ele tem que apresentar a licença e o bota fora, que são as duas coisas mais difíceis para dar certo o desassoreamento. Muitas vezes aqui no estado de São Paulo, a gente não tem área para o bota fora, então esse é um ponto que é essencial para a gente conseguir fazer o desassoreamento. Quando o município já ajuda a gente nisso, aí a gente consegue andar em conjunto e por isso que está dando certo, porque aí a gente vai, já tem a ata, a gente faz e faz de uma forma mais rápida, mais célere, que é o que ajuda a mitigação, não é o que resolve, porque a questão de enchente também envolve uma política habitacional muito forte, principalmente em estados como São Paulo, aqui, a gente, então tem que andar em conjunto e é uma coisa que a gente tem feito muito em conjunto com a Secretaria aqui de habitação também. Então, eu acho que esse programa a gente tem tentado explicar também para os municípios como é que funciona, como é que é a adesão, e é algo que a gente quer estimular, e aí a gente já deixa as atas prontas, o município adere, quanto mais recursos a gente tiver, porque a gente também tem escassez de recursos, tudo órgão público, mas a gente consegue fazer nessa linha de mitigar. E tem uma linha na Desenvolve também que a gente conversou muito com o pessoal lá do Jorge, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para os municípios se prepararem na questão da micro, da drenagem deles e terem a possibilidade de fazer financiamento para poder investir nisso, no município, em questões que são muito municipais. Então, tem também essa linha, acho que é algo que a gente pode propagar mais nessas conversas lá naquele ponto 1 que eu comentei, então eu acho que é uma agenda boa para a gente, em conjunto, estimular. Rosa, obrigada pela recepção lá na OAB, a gente sempre fica muito feliz de ir lá, foi muito boa a conversa, a questão de educação ambiental, que a gente quer andar em conjunto com vocês também, é uma pauta muito prioritária aqui da Secretaria, é um eixo do nosso Plano aqui Estadual, um eixo do nosso PPA, então a gente quer andar em conjunto com vocês, quer, cada vez mais levar essa sementinha de conscientização, de educação, para a gente incutir isso na cabeça das pessoas, para a gente sempre conseguir colocar tudo isso que a gente está fazendo para as pessoas também caminharem juntos com a gente. E aí você falou que do mês das mulheres, deixo também meus parabéns a todas vocês. Eu fico muito feliz de representar um pouquinho, então, parabéns mesmo, vocês fazem toda a diferença. Aqui na Secretaria, 63% dos cargos de liderança são mulheres, então a gente fica muito feliz em contar com a competência, qualificação de toda essa mulherada boa que só orgulha a gente, aqui também representadas no nosso conselho, parabéns mesmo. O Prioste, o Rodrigo e o Daniel já falaram sobre a questão de Bombas, e acho que está todo mundo na mesma

linha, a gente precisa sim fazer esse diálogo, acho que todo mundo quer a mesma coisa, o objetivo é comum. Achei interessante que o Daniel falou do grupo de trabalho, acho que a gente podia explorar isso um pouquinho, estruturar melhor, até para a gente olhar o estado de São Paulo. Então a gente teve um precedente muito bom no final do ano passado, como é que a gente consegue, olhando Bombas, olhando também outros, eventualmente, como é que a gente consegue desenvolver isso de uma forma estruturada, de uma forma, com um diálogo, com todo mundo pensando nessa construção, então eu acho boa ideia se todo mundo concordar, gente estrutura direitinho, pensa numa proposta bem robusta mesmo para a gente caminhar, eu acho que é uma boa ideia. O Roberto falou aqui do acompanhamento da legislação, isso é uma coisa que preocupa muito a gente também, Roberto. Eu acho que a gente podia, tanto acompanhar, e aí a gente tem instrumentos como a moção que a gente até mandou no ano passado, que é o que eu acho que a gente tem que fazer, a forma que a gente tem de se posicionar, e a gente precisa, o CONSEMA de São Paulo é muito forte, a gente tem esse protagonismo, e tem que ter, sim, cenário nacional. Além disso, acho que vale ver no âmbito das nossas competências como é que a gente, talvez, poderia, seja por meio de uma legislação estadual, ajudar esse debate trazendo as premissas corretas, então acho que vale a gente pensar também, porque muitas vezes discussões que estão a nível nacional partem de premissas erradas, talvez a gente possa, o estado de São Paulo como referência que a gente é, colocar premissas corretas nesse assunto também, então acho que vale pensar além do acompanhamento. E aí, depois o que a Cláudia falou, vou deixar para o Thomaz responder a questão das reuniões do Feprac. De segurança hídrica, é uma pauta muito prioritária para a gente aqui também, conselheira, e na parte de, isso, tanto em todos os projetos que a gente faz, seja no DAEE, que a gente quer fortalecer enquanto agência mesmo de recursos hídricos do estado, no âmbito da questão da Sabesp, que tem um tópico lá de Plano Regional só de segurança hídrica, e além dos investimentos que a gente está fazendo, por exemplo, dos 78 postos que a gente entregou. Na parte de prevenção de incêndios, o São Paulo Sem Fogo do ano passado foi também muito na linha, a gente teve junto com você, a gente lá na Estação Ecológica, para fazer a questão da queima prescrita, uma técnica que a gente tem estudado sempre com muito cuidado, para a gente ver como é que a gente avança também com esse instrumento, com esse mecanismo, a gente teve a adesão de 378 municípios, só para citar aqui, 2865 brigadistas municipais envolvidos, mais de 66 milhões em ação de prevenção, isso tudo possibilitou que a gente diminuísse em 86% os incêndios florestais ano passado, que é uma coisa muito relevante da gente destacar aqui. De novo aqui fica nosso agradecimento à nossa Coordenadoria, Frigério, e o nosso policiamento ambiental também, muito importante para a gente conseguir ter essa diminuição. Acho que eu passei aqui pelos pontos. Thomaz, Jonatas, só para fazer aqui, aí é mais um agradecimento, Rodrigo, e a toda nossa equipe aqui da Fundação Florestal que veio aqui, vocês fazem um trabalho sensacional, então obrigada, gente, aqui pelo trabalho, seja pelo que vocês vão apresentar aqui hoje e por tudo que a gente está tentando construir em conjunto, e vamos construir ainda mais, tá bom? Thomaz, Jonatas?

01:12:02 Thomaz Toledo: Bom, tem duas para mim aqui, uma do conselheiro Andrés sobre logística reversa. Aí, conselheiro, acho que só para confirmar, é a ABIHPEC, não

é isso? A Associação da... Deixa eu pegar certinho aqui, para a gente não dar informação errada, que tem informação, inclusive consequência regulatória para as empresas que são licenciadas pela gente, mas é ABIHPEC, da higiene, a Associação? Perfeito. Então, eu acho, como tem implicações regulatórias aqui, eu acho que é importante a gente fazer uma nota técnica e endereçar aqui para o CONSEMA, a gente circula, mas para pegar as informações direitinho de como é que a gente, se, não é, uma primeira pergunta do conselheiro, se o termo está vencido ou não, confirmar a informação do conselheiro de que o termo está vencido há mais de um ano, e como a Cetesb aplica o licenciamento e as regras de logística reversa para as empresas licenciadas com um termo de compromisso vencido. Então, a gente vai preparar, eu pedi para equipe, eles até conseguiram algumas informações aqui durante a reunião, mas acho que é precipitado a gente abrir aqui e ter o risco de encaminhar alguma informação equivocada, então a gente prepara uma nota técnica e circula aqui para a Secretaria Executiva do CONSEMA e chega para todos os conselheiros. E sobre o Feprac, a pergunta da conselheira, a gente está elaborando, a Cetesb faz a parte da Secretaria Executiva do conselho, a gente está preparando um plano de trabalho, de fato, o conselho está com representações vencidas, porque muitas pessoas já saíram do governo, alguns representantes das instituições previstas no Decreto saíram do governo, então a gente tá precisando fazer essa renovação dos conselheiros, mas eu pedi para a minha equipe, primeiro, a gente fez um ajuste dentro da estrutura da Cetesb e as áreas contaminadas elas hoje estão sob responsabilidade da Diretoria de Qualidade Ambiental, no passado elas estavam sob coordenação da Diretoria de Avaliação de Impactos. Então hoje, a Secretária Executiva já estava na Diretoria de Qualidade Ambiental, a gente pediu para o pessoal da Secretaria Executiva do Feprac dialogar com a estrutura operacional que faz gestão das áreas contaminadas, para que a gente desenvolva um plano de trabalho para a utilização das ferramentas do Fundo associadas ao que a gente tem de demandas de gerenciamento de áreas contaminadas, então a gente está, para esse mês de abril aqui, fechando esse plano de trabalho que eu solicitei e a gente vai apresentar para SEMIL, e aí, já nesse mês de abril, a gente vai fazer a atualização dos representantes, está bem?

01:15:21 Jonatas Trindade: Em resposta ao conselheiro Andrés, pedir para o senhor encaminhar um email para "semil.ambiente@sp.gov.br", repetindo, "semil.ambiente@sp.gov.br", indicando qual seria a melhor data, ou no dia 4 ou no dia 5 à tarde, e aí indicando se seria uma reunião presencial ou virtual e os assuntos a serem tratados, pode ser?

01:15:53 Andrés Vernet: Ok, 4 ou 5 de abril. Ok, vou responder. Obrigado.

01:16:05 Jonatas Trindade: Eu que agradeço.

01:16:08 Glória Roberta Paffi: Obrigada. Vamos passar agora para a segunda parte da ordem do dia, para a secretaria, na qual foi solicitado a inversão de ordem de pauta.

01:16:21 Natália Resende: Tem alguma consideração sobre a inversão de pauta? Alguém discorda ou a gente pode inverter? Tudo bem, podemos? Então vamos inverter a pauta.

01:16:08 Glória Roberta Paffi: Está bem, então vamos aqui passar para a apresentação do Projeto Originário do Parque Ecológico do Tietê, elaborado pelo arquiteto Ruy Ohtake. Peço, para apresentação, o senhor Rodrigo Ohtake. Por gentileza, a apresentação do projeto.

01:17:33 Eduardo Jorge: Bom, secretária Natália Resende, a Rosa me arrumou uma tarefa. Na verdade, eu vim para assistir, mas eu não vou desobedecer a Rosa. Mas então eu queria dar bom dia a vocês todos, inclusive, tendo sido 20 anos deputado, não quero deixar passar essa notícia da secretária Natália Resende, da aprovação do ICMS ampliado, coisa importantíssima. Meu amigo Rogério Menezes, presidente da ANAMMA, ele é muito sério, porque ele não ri, né? Ele deveria estar rindo. Rogério, não sei se ele está assistindo ainda, mas só uma sugestão, secretária. As Secretarias municipais são muito pouco aquinhoadas orçamentariamente, eu fui o autor da emenda constitucional que criou o orçamento vinculado do SUS federal, estadual e municipal no ano 2000, é uma emenda constitucional de minha autoria e deu um orçamento mínimo municipal, estadual e federal, e garantiu o mínimo de estabilidade para esse sistema altamente complexo que é o Sistema Único de Saúde, são valores gigantescos, mas a tarefa dela também é gigantesca, e isso, a partir do ano 2000, deu mais estabilidade ao sistema. As secretarias municipais têm orçamentos muito pequenos, eu fui secretário de meio ambiente em São Paulo, que é um país de 12 milhões de habitantes, o orçamento em 2005 era 0,4% do orçamento da cidade, 0,4%, eu não vou reclamar porque os governadores Serra e Kassab tinha simpatia por mim e me deixou com orçamento de 1%, então a gente passou de 0,4% para 1%, mas quando o secretário Nateline sumiu de novo, alguns anos depois, tinha voltado para 0,3%, então a minha sugestão, é claro que a Assembleia Legislativa, nem o governo estadual não pode interferir no orçamento municipal, mas talvez uma sugestão de colocar como critério de distribuição do ICMS, que deve ter vários critérios, o critério de que o município vincule esse recurso para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não é uma coisa obrigatória, mas o município que vincular tem uma simpatia maior, vamos dizer assim, na hora da distribuição, isso é possível ser feito, o estado não pode mandar o município de Cunha vincular, não pode, o município de Cunha tem total autonomia, mas nos critérios de repasse a vinculação que daria uma estabilidade a Secretarias Municipais desses 600 municípios de São Paulo poderia ser um critério, mas não foi para isso que eu vim aqui, foi porque a Rosa pediu. Eu sou um funcionário público do governo do estado, tenho até crachá, e entrei por concurso em 1976, aliás, quando eu entrei aqui, conheci a Ludmilla, que entrou também em 1976, funcionária da equipe de vocês, então nós já estamos com 47, vamos para quase 48 anos de serviço público, e foi no governo do Paulo Egydio Martins, do estado, sou do estado, do governo do Paulo Egydio Martins, o pai do Marcos pediu, que fez o concurso comandado pelo secretário Walter Leser, secretário Walter Leser, foi secretário do doutor governador Paulo Egydio, tinha sido secretário de saúde do governador Laudo Natel, que é provavelmente o secretário de saúde mais importante da história de São Paulo, doutor Walter Leser. Ele fez o concurso e eu entrei em 1976, mesmo ano ainda do governo Paulo Egydio, mas depois, por circunstâncias políticas, vim à Secretaria Estadual, me emprestou para ser secretário municipal em São Paulo em 2005, era o governo José Serra e depois Kassab, e eu fiquei lá 8 anos emprestado,

depois me devolveram para a saúde. Graças a Deus, a democracia é assim, né? Perdeu uma eleição, me devolveu, voltei pro meu cargo. E aí, em 2005, o secretário que estava no lugar da secretária Natália Resende, era o doutor Goldenberg, a maior autoridade do Brasil em energia, as pessoas, às vezes, não reconhecem, mas o doutor Goldenberg, que está vivo ainda, bem vivo, é a maior autoridade de energia do Brasil. Aliás, outra sugestão, talvez, secretária Natália, o governo do estado, que deve tantos ao doutor Goldenberg, foi secretário do meio ambiente, foi reitor da USP, foi diretor da Fapesp, o governador Tarcísio podia fazer uma homenagem para ele enquanto ele está vivo, porque é uma coisa muito boa ser homenageado vivo, então eu vou deixar também essa outra sugestão para a senhora, leve para o governador Tarcísio esse merecido, possível, e merecidíssima homenagem ao Goldemberg, que o governo do estado deve tanto a esse homem, não é? Pois bem, doutor Goldenberg me chamou como secretário em 2005, já me conhecia, “você quer fazer a municipalização? Tem coragem de fazer a municipalização dos licenciamentos?”, eu tenho, já fui secretário de saúde, eu tenho coragem pra qualquer coisa, então ele disse: “bom, então você vai trazer aqui o seu pessoal, nós vamos analisar o que você tem, o que você não tem, vai fazer o concurso, contratar o pessoal, nós vamos dar o custo de pessoal e nós vamos municipalizar o licenciamento. Claro, ele queria jogar para o município, né? Sim, é correto, não é? Foi feito tudo isso, então o doutor Goldenberg municipalizou o licenciamento aqui na cidade de São Paulo, e nós passamos a licenciar tudo, todas as grandes obras públicas e privadas que tivessem restritos ao território do município foram licenciadas pela gente desde então. E assim, até agora, todas as obras do metrô foi a Secretaria Municipal do Meio Ambiente que licenciou, e vocês ficaram um pouquinho mais folgados aqui, não é? O trecho sul do Rodoanel, que faltava a manifestação da cidade de São Paulo, cuidou da manifestação que a gente achava que devia ser feita a compensação, esse conselho acolheu todas as sugestões da Secretaria Municipal de Saúde e foi tudo cumprido pela Dersa. Estava conversando com um funcionário antigo, funcionário dessa casa, e cumpriu exatamente todas as exigências que o município fez e que o conselho aqui incluiu no licenciamento, e os parques criados estão (01:23:28 áudio falhou) bem cuidados, ao contrário de outros parques que foram licenciados por vocês, como do Embu Guaçu, Itapeverica, denúncia, estão lá, abandonados. Os dos municípios de São Paulo estão bem cuidados, guardados, com vigilância, cercado, com Plano de Manejo e o prefeito, inclusive, vai ampliar a área de proteção naquela região, já os parques do Embu Guaçu, Itapeverica, estão abandonados. Bom, tudo isso para dizer o seguinte: quando chegou a hora da reforma na Marginal do Tietê, caiu para a gente, a Secretaria Municipal fazer o licenciamento da obra da Dersa, da obra do estado, e era uma coisa altamente polêmica por vários motivos, não vou aqui repetir por que isso era polêmico, mas a concepção nossa é que a reforma da marginal, a criação e a expansão da possibilidade de trânsito ali era uma forma de você esperar o Rodoanel Norte. O governo do estado já tinha feito o leste, o sul, o oeste e faltava o norte, estamos esperando até hoje, o governo estadual está retomando as obras. Então, em 2009, 2010, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente encarou assim, o trecho que vai ser feito é para substituir um pouco, para esperar o Rodoanel Norte, e está esperando até hoje, e aí ele licenciou, mas licenciou com a compensação muito forte e articulada, os dirigentes da Dersa falaram que era uma das compensações mais importantes que tinham feito, e uma das compensações foi a redescoberta do parque criado pelo Paulo Egydio Martins, em 1974,

nós estávamos no município trabalhando os parques lineares como compensação de adaptação às mudanças climáticas, e a gente descobriu que, em 1974, o governador Paulo Egydio Martins tinha aprovado um projeto do Ruy Ohtake, de criação de um parque que ia de Barueri até Salesópolis, era o maior parque linear do mundo esse, isso era em 1974, e ele começou a implantação, tanto que tem a implantação do Barueri, e tem a implantação daquele ali da Penha, que tornou a entrada de São Paulo muito mais bonita. Quem chega de São Paulo vindo ali na Dutra, da Ayrton Senna, etc, e do aeroporto, passa pelo parque criado pelo do governador Paulo Egydio, é outra coisa, é lindo aquele lado direito da entrada, é maravilhoso. Só que terminado o governo Paulo Egydio, o Parque parou, o parque parou e só foi retomado por causa da obra da Marginal, porque nas compensações previstas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em São Paulo, na capital, estava a retomada do parque e o governador, já era o governador José Serra, recontratou o escritório Ohtake para ele refazer, porque passado esse tempo todo imagina o que aconteceu na zona leste de São Paulo, lá no Itaim, no Jardim Helena, em Itaquá, em Suzano, em Poá, em Mogi, de pressão sobre o Rio. Era uma obrigação, o governo estadual fez, cumpriu a obrigação, recontratou o escritório Ohtake e o escritório Ohtake refez todo o estudo, todo o estudo, agora com muito mais recursos, não era mais o pai, era o filho, mas com muito mais recursos tecnológicos que tinha o pai em 1974. É um estudo extraordinário que foi apresentado na ocasião, pelo governo do estado, foi apresentado solenemente, um palanque lá no parque ecológico. De lá para cá, algumas coisas foram feitas ainda na compensação da Dersa, mas, de certa forma, a parte mais importante parou de novo. Então, essa iniciativa da OAB, de retomar o debate, a nível do estado, dessa questão do Parque Ecológico do Tietê, é, do ponto de vista do estado de São Paulo, talvez a obra mais importante que o governador possa assumir, nós já tínhamos dito isso aos outros governadores, mas eles não ouviram, então a gente tem esperança que o governador agora ouça isso daí. Essa obra é a obra mais importante que o governo do estado pode fazer, e não é uma obra deste governo, é obra desse governo, do próximo, do próximo, porque é uma coisa de longo prazo, mas tem que andar, tem que andar no processo. Rosa, que é diretora da OAB na área ambiental, e a OAB, está disposta a atuar nisso e ajudar a Secretaria e o governo do estado nisso. E nesse ponto, nós temos alguém num ponto ideal, porque é uma espécie de evento 1974, 2024, portanto 50 anos que o governador Paulo Egydio assinou e determinou a implantação desse parque. Hoje, em 2024, nós vamos, podemos comemorar, o governo do estado, OAB, sociedade civil, 50 anos dessa assinatura do governador Paulo Egydio, visionária, porque, inclusive, no uso da palavra ecológico, deve ter sido o primeiro governante que batizou um parque com esse nome. Não estamos falando de 2024, nós estamos falando de 1974, então realmente é uma homenagem que se pode fazer a uma pessoa, como o governador Paulo Egydio, de ter feito isso em 1974, 50 anos para dessa iniciativa dele.

01:29:04 Glória Roberta Paffi: Muito obrigada. Passo agora para o Rodrigo Ohtake, considerando que a gente tem outros itens de pauta, gostaria que finalizasse dentro de uns 15 minutos, por gentileza?

01:29:15 Rodrigo Ohtake: Pode deixar. Agradeço a presença de todos. A minha fala vai ser curta, porque inclusive meu amigo Eduardo Jorge roubou tudo o que eu ia falar.

Muito obrigado pelo convite, secretária Natália, subsecretário Jonatas, Thomas Toledo. Não sei se você sabe, a obra aqui do edifício ao lado também é projeto do Ruy. Doutora Rosa, obrigado pelo convite, amigo Eduardo. Marcos Egydio, é um prazer conhecer, os nossos pais tinham, de fato, um profundo respeito um pelo outro. Bom, eu sou Rodrigo Ohtake, eu sou arquiteto, sou filho do Ruy, trabalhei com ele ao longo de muitos anos, até o falecimento dele, em 2021, final de 2021, e tenho tocado, então, o escritório adiante. O projeto do Parque Ecológico Tietê foi um dos projetos que eu trabalhei no escritório ao longo dos 20 anos passados, e presenciei tudo isso que o Eduardo Jorge nos contou agora, quer dizer, desde a parte que eu estou vivo, nascido, afinal, eu ainda não tenho 50 anos. É isso mesmo que o doutor Eduardo contou, o Rio Tietê, como nós sabemos, é um Rio de planície, então ele tem todo um meandro, mesmo, que é um meandro muito bonito, que a natureza se permite, isso por uma questão de várzea, a parte de alagamento, etc, faz parte da vida do Rio, e crescimento populacional de São Paulo se dá muito em função da bacia hidrográfica do Rio Tietê, que é um crescimento exponencial muito grande ao longo dos últimos 100 anos, e que muito dificilmente o Rio Tietê conseguiu suportar isso daí. E teve então a retificação do Rio Tietê, e o Ruy dizia que foi o maior equívoco urbanístico já realizado na cidade de São Paulo, por não respeitar os meandros e por perder uma oportunidade de fazer um parque urbanístico, inclusive dentro do município. Mais ou menos em 1973, 74, apareceu um projeto de continuação da retificação do Rio Tietê, além da barragem da Penha, portanto, quase toda a zona leste, isso chegou aos ouvidos do Ruy, que era recém-formado na faculdade, que fez um rápido projeto e tomou coragem e bateu na porta do então governador Paulo Egydio Martins, pai do Marcos, aqui presente, e o recebeu, e eles tiveram um entrosamento muito bonito já logo de cara, e o governador, apesar de já ter aprovado anteriormente a continuidade da retificação do Rio, voltou atrás, aceitou o projeto do Ruy e falou, bom, vamos adiante então com o Parque Ecológico Tietê. Na época, quando o Ruy trouxe o projeto, se chamava Parque Tietê, e sim, foi o governador que inseriu a palavra Parque Ecológico Tietê, de uma maneira muito visionária. Aprovou então o projeto, pediu para o Ruy seguir adiante e, em 1976, o Ruy então apresentou um projeto já muito mais desenvolvido, porque isso envolveu uma equipe muito maior que ele não tinha na época, de como seria, então, esse parque. Então, acabar com a questão da retificação do Rio, preservando as várzeas, afastando as marginais, construindo aquilo que ele chamava de Via Parque, uma via mais sinuosa, com o trânsito um pouco mais lento, quase como uma via contemplativa, porém de união entre os municípios, que vão de São Paulo a Salesópolis, incluindo também Barueri. Então era um projeto que passava por toda a capital, ia até a nascente, então, em Salesópolis, e daria, então, uma via parque ida e volta de 200 quilômetros, e, portanto, até hoje, seria o maior parque linear do mundo. Isso, então, preservaria toda a margem do Rio Tietê, e criaria esse parque urbano estadual, que seria algo que uniria, inclusive, praticamente todos esses edifícios à leste de São Paulo. Ele fez esse estudo, isso aqui apresentado, então, este mapa foi apresentado na época, em 74, depois em 76, onde foi iniciado com o Núcleo Tamboré, à oeste de São Paulo, na região de Barueri, um primeiro Núcleo foi implantado lá e, na sequência, Engenheiro Goulart, que é como o Eduardo Jorge falou, que quando a gente vai a caminho do aeroporto de Guarulhos, a gente passa por lá e que quem é corintiano sabe que o CT do Corinthians também fica por ali, inclusive é projeto nosso, apesar de sermos são paulinos. E isso, como disse o Eduardo Jorge, foi interrompido,

em 81, e esquecido, apesar de que o Parque, na época que foi construído, até hoje, é muito, muitíssimo utilizado, que é um dos poucos parques realmente da zona leste. Hoje, estima-se que vai em torno de 50 a 100 mil pessoas por final de semana lá, depende um pouco da temperatura, do sol, do clima. Isso ficou abandonado, não teve continuidade por quase 40 anos, então o governador José Serra nos contatou para fazer uma melhoria do parque, mas aproveitou a ocasião para reestudar a continuidade, o escritório, então, foi de fato contratado. Aqui é o Núcleo Tamboré, que foi implantado e utilizado até hoje. Na época, uma arquitetura bastante audaciosa, moderna, do Ruy Ohtake, uma vista aérea de lá, que até hoje está muito bem preservada. O Engenheiro Goulart, que na época tinha umas piscinas, hoje em dia as piscinas foram desativadas, mas tem uso intenso, com quadras, espaços culturais, enfim, na época que o parque foi implantado, era muito mais uma questão de lazer, e ter uma área verde aberta para o público, afinal, um dos motivos que existe arquitetura, que a humanidade criou arquitetura, é para promover espaços de convivência de qualidade entre as pessoas. E a gente acha que esses parques promovem intensamente esse encontro, essas pessoas, principalmente numa região tão carente, como é a zona leste de São Paulo. Então, aqui, uma vista aérea do Engenheiro Goulart, preservando toda a sinuosidade bonita que tem o Rio Tietê. As melhorias que vieram, então, em 2005, vejam bem, foi construído em 81, somente em 2005 teve uma retomada, mas ainda assim contida dentro do Engenheiro Goulart, e teve a criação do Museu do Tietê. E aí em 2009, como disse o Eduardo Jorge, por uma questão também de compensação da Dersa, isso em conjunto com o DAEE, ali onde chega o Jacu Pêssego, tinha esta área aqui onde foi feita a Vila Jacuí, que é um Parque intensamente utilizado, que acho que agora leva um outro nome, eu não tenho certeza, que foi concluído em 2009, projeto aqui do escritório, onde as construções metálicas tomaram o lugar da construção de concreto, para serem construções mais de montagem, uma arquitetura mais fácil de ser implantada, com um custo mais baixo e modular, todos eles, os edifícios têm 12 por 12, de modo que eles podem se juntar e formar edifícios maiores, ou edifícios de 144 metros, que seriam então implantados em diversos locais do parque. O programa também foi alterado para, além de lazer, também sessão de educação e cultura, então, alguns edifícios, para formação dos jovens ao redor, ou de atendimento médico para a região, porque a região toda teve uma mudança significativa de 74 para os dias atuais, e as necessidades, as carências se tornaram outras, então o parque também visa não só uma questão da união urbanística, e um lugar de contemplação e lazer, mas também esses outros usos que são tão importantes. Na sequência, em 2016, mais um Núcleo foi implantado, Itaim Biacica, onde também tem uma casa tombada, isso ainda em São Paulo, na região da zona leste. Jardim Helena, que é atualmente um grande Núcleo, que tem um centro cultural de bastante porte, ali na zona leste. E o escritório fez todo o projeto executivo, isso está tudo em posse do DAEE, na época, o projeto executivo até a nascente de Salesópolis, incluindo fazer um parque da nascente. Toda a geometria do traçado da via parque, que preserva o Rio, foi feita em projeto executivo, também todos os edifícios, todas as propostas de implantação dos núcleos, as posições estrategicamente colocadas nos núcleos em função das necessidades ao redor, entendendo que, se antes o parque era mais largo para uma questão também do avanço urbano, ficou um pouco mais estrangulado, então essa sinuosidade perdeu-se um pouco, porém ainda mantendo, e então isso vindo até a questão aqui de Salesópolis, entendendo a quantidade de remanejamento, de

residências que seriam de invasão, da Várzea, as necessidades também bairro a bairro, para implantação de quais edifícios seriam interessantes, em função das necessidades locais, tudo isso foi estudado há mais ou menos 10 anos atrás. As necessidades hoje, infelizmente avançaram, então, é um projeto que teria que ser revisto, porém todo feito pelo escritório, e eu me lembro que, na época, quando eu trabalhava nesse projeto, há 10, 15 anos atrás, o Ruy já me falava, você tem que participar desse projeto porque é um projeto que está conosco há 50 anos e, provavelmente ainda demorará 50 anos para ser implantado, então eu vou morrer e você vai continuar tocando esse projeto, e em breve, espero que não tenha que passar por uma próxima geração. Então, aqui o projeto, por exemplo, de Any Jaci, no lado de Guarulhos, aqui é um esboço, uma imagem 3D de como que ficaria, mas como eu disse, esse projeto está inteiramente desenhado, inclusive com a parte de compatibilização, de elétrica, hidráulica, fundação, estrutura, tudo isso desenhado pelo escritório, e também toda a parte da Via Parque desenhada daqui até Salesópolis, com toda a sua geometria que agora, infelizmente, teria que ser revisto por causa do avanço urbano, ao longo das duas marginais, preservando a sinuosidade do Rio, a Várzea do Rio, e também com uma parte já prevista na Via Parque, de Infraestrutura, então, em questão de esgoto, de recolhimento de esgoto, para não cair no Rio, também levar parte de elétrica, hidráulica, sem ter fiação aérea, então já consegui resolver tudo isso, inclusive com um canal de circunvalação para preservar a drenagem também, que vai para todo o Rio. Isso também foi feito todo o projeto executivo, com toda a geometria, para as curvas dos automóveis, para que não passe em uma certa velocidade, enfim, um projeto inteiro que foi feito até Salesópolis e voltar, é um projeto que a gente considera que tem uma importância nacional, inclusive, que poderia servir de modelo mundial, e que é um desejo nosso há 50 anos e que eu agradeço muito aqui a oportunidade para a gente poder apresentar, o nosso desejo de continuidade desse projeto aqui, como eu disse, está praticamente inteiro desenhado, na verdade, ele foi todo desenhado e que precisaria agora é só uma adequação em função de uma certa demora de implantação, e que o avanço urbano e as necessidades locais não permitem essa demora, então teria que ter um reajuste, mas o projeto está aqui e é um projeto que poderia trazer uma melhoria para aproximadamente 4 milhões de pessoas, somente no município de São Paulo, sem falar de Poá, Guarulhos, Itaquaquetuba, Mogi e Salesópolis. Agradeço o intervalo aqui dado a mim, a doutora Rosa pela oportunidade, a Secretária, e espero então que a gente possa seguir adiante com o projeto.

01:42:25 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Rodrigo Ohtake, pela apresentação. Vamos passar agora para o segundo item da pauta do dia.

01:42:32 Jonas Trindade: Deixa eu só falar rapidinho. Rodrigo, agradecer a sua vinda aqui, convidada pela conselheira Rosa Ramos. Acho que é importante valorizar o projeto, seu pai foi um visionário, realmente. É um projeto que deu importância para o estado de São Paulo, sim. No Integra Tietê nós estamos discutindo a oportunidade de implantação de um dos núcleos mais próximos a Salesópolis, tem uma discussão que tem que avançar junto do Comitê do Integra. Com certeza nós vamos procurá-lo para poder discutir o projeto e ver como é que a gente consegue avançar, e se efetivamente a gente vai conseguir avançar por conta de restrição orçamentária, mas o intuito é que a gente consiga trazer realmente à luz a importância desse projeto para o estado, e buscar

recursos para poder implantar, pelo menos que seja um Núcleo nos próximos anos. Esse é o propósito, a gente tem tido algumas discussões internas dentro do Comitê também, esperamos ter boas notícias para trazer e poder convidá-lo a discutir de uma forma mais aprofundada o projeto na região mais próxima à Salesópolis. Então, agradecer mais uma vez a sua apresentação, e realmente reforçar a relevância do projeto que seu pai começou para o estado de São Paulo.

01:44:01 Rodrigo Ohtake: Muito obrigado, subsecretário, estamos à disposição.

01:44:08 Jonas Trindade: Só pedir desculpas, que a secretária teve que sair de forma urgente para resolver um assunto, e aí ela saiu, não quis atrapalhar a apresentação, mas eu vou passar também o que foi apresentado aqui para ela, e explicar a importância que a gente tem do projeto aqui na Subsecretaria de Meio Ambiente, tá bom?

01:44:34 Glória Roberta Paffi: Passando agora para o segundo item, que será a apreciação do Relatório Final da Comissão Temática de Políticas Públicas sobre as recomendações da proposta de Anteprojeto de Lei Específica que cria as Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais do Rio Guaió e Cabuçu - Tanque Grande.

01:45:08 Marina Balestero: Bom dia, novamente, a todos e a todas. A CPLA, além de fazer a coordenação da Comissão Temática de Políticas Públicas aqui do CONSEMA, ela também ficou como relatora desse tema que entrou na CTPP. Então, a gente já avaliou ao longo dos últimos meses, o Anteprojeto de Lei que cria as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Rio Guaió e do Cabuçu - Tanque Grande. As Áreas de Mananciais, elas são corpos d'água que tem uso prioritário destinado para o abastecimento público, tanto urbano quanto rural, e a Lei que institui a Proteção dos Mananciais de interesse regional, ela busca promover a proteção, a recuperação dessas áreas desses mananciais de interesse regional, através da definição de diretrizes e normas ambientais e urbanísticas, promovendo uma gestão integrada do território envolvendo estado e municípios. Aqui a gente traz um mapa com algumas APRMs que já foram instituídas, então, a legislação é da década de 90, desde então algumas APRMs já foram instituídas e algumas estão em processo de criação, elas são criadas por meio de uma lei estadual. As que foram objeto da nossa discussão foi a sub bacia do Rio Guaió, que fica nos municípios de Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Poá, Ribeirão Pires e Suzano, e a sub bacia do Cabuçu - Tanque Grande, que fica integralmente no município de Guarulhos, sendo a bacia do Cabuçu, dentro do Parque Estadual da Cantareira, e o Tanque Grande tem mais de 50% do seu território no Parque Estadual de Itaberaba, e além de outras Unidades de Conservação de uso sustentável. Então a gente pode ver que elas são próximas mas elas não são contíguas. Qual é o fluxo de trabalho que tem que ser feito para a gente instituir uma APRM? Então, as APRMs podem se constituir em uma ou mais sub bacias hidrográficas. Essa delimitação é feita pelo Comitê de Bacia, no caso das duas áreas aqui, é o Comitê de Bacia do Alto Tietê. Então eles se organizaram em grupos de trabalho, em parceria com a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação, e fizeram a proposta de Anteprojeto de Lei para estabelecimento dessas duas APRMs, foi aprovado na deliberação 152, de 2022, do Comitê de Bacias. O próximo passo, então, é a oitiva de dois conselhos, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, o

CONSEMA, e o Conselho de Desenvolvimento Regional, que foi recentemente reconduzido. No CONSEMA, a gente teve a deliberação 12, de 2023, que encaminhou os trabalhos para serem analisados na CTPP, e a gente teve oito reuniões, de um debate bem detalhado sobre esse Anteprojeto de Lei, e no CDR, o conselho, aprovou as suas recomendações e o material em setembro do ano passado. Ouvidos esses dois conselhos, o projeto segue para CRH, que é o Conselho de Recursos Hídricos, que houve o CORHI e faz a deliberação sobre a versão final da minuta do Anteprojeto de Lei. Esse Anteprojeto, ele é encaminhado para a Casa Civil, para análise do governo, e depois encaminhado para debate e apreciação na Alesp. Como que está organizado o Anteprojeto da criação da APRM do Rio Guaió e do Cabuçu - Tanque Grande? Primeiro que ele tem o objetivo de adequar questões e descompasso entre a Lei da década de 70, com a situação existente, buscando novas formas de desenvolvimento socioeconômico associados à função ambiental regional, isso porque as áreas que ainda não são APRMs, segundo a Lei da década de 90, ainda seguem as normativas gerais sobre os Mananciais da Lei da década de 70. A proposta do CBH, então, foi reunir num único Projeto de Lei as duas áreas de APRM, fazendo distinção das diretrizes apenas em capítulos e seções específicas, então, o que era comum foi tratado de forma conjunta, e aqui a gente destaca que as principais diferenças entre essas duas áreas é que na região do Rio Guaió, a APRM tem um papel importante na regularização das áreas já habitadas, e na área do Cabuçu - Tanque Grande, ela seria um instrumento complementar de proteção da região junto às Unidades de Conservação já existentes. A proposta, também nas disposições finais, apresenta sugestões de alteração nas outras cinco APRMs já instituídas, que seriam a Guarapiranga, a Billings, o Alto Juquery, o Alto Tietê Cabeceiras, e o Alto Cotia, além de propor uma alteração na Lei da cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio estadual. Então, esse é o contexto que chegou para análise na CTPP, e o fluxo de trabalho que segue. A seguir, eu vou apresentar o que foi objeto de trabalho e de debate na CTPP, o relatório foi apresentado e aprovado na reunião do mês passado, e aqui é uma síntese do relatório que vocês receberam por email. A primeira recomendação da CTPP foi o desmembramento do Anteprojeto de Lei em outros dois, então, separar um Anteprojeto de Lei para o Rio Guaió e um Projeto de Lei para o Cabuçu - Tanque Grande. Os integrantes do Comitê de Bacia, eles até argumentaram que a proposta de unificação ela era baseada mais ou menos nesses três argumentos aqui, que 85% dos dispositivos das leis seriam iguais, então seriam comuns, um único Anteprojeto, poderia ter uma maior celeridade na tramitação da Alesp, e como a maior parte dos municípios envolvidos, também faz parte do CONDEMAT, que é o Conselho Intermunicipal do Alto Tietê, você teria uma governança para fazer essa gestão mais fortalecida na Alesp, para fazer acompanhamento do Anteprojeto. Por outro lado, os conselheiros aqui da CTPP, eles argumentaram que isso poderia trazer uma insegurança jurídica, você unificar duas APRMs, nunca tinha sido feito, é uma insegurança jurídica com base em quê? Na dificuldade da leitura e compreensão dos usuários públicos e privados com relação à aplicação do regulamento, porque ora tem artigos que falam sobre as duas APRMs, ora, tem artigo que fala sobre uma ou sobre a outra. Também foi discutido se havia sido feito uma consulta CJ prévia, sobre a possibilidade de fazer essa junção das duas APRMs, em um único anteprojeto, e o que o CBH informou é que não, porque eles iriam seguir o rito normal de fazer a consulta da CJ após toda a oitiva e a coleta de contribuições, como foi feito para as

demais APRMs. E, outro ponto que foi levantado com relação a esse ponto, foi que o efeito poderia ser o reverso, como você ter muitos temas de regiões muito diferentes, com problemas muito diferentes, características diferentes, na verdade poderia atrasar a tramitação na Alesp, não dar celeridade, como inicialmente pensado. Então, por exemplo, uma área mais tranquila, como Cabuçu - Tanque Grande, poderia sofrer atrasos, porque a gente estaria debatendo a Billings, o Rio Guaió, a Guarapiranga, entre outros, então essa é a primeira recomendação. A segunda, é também nessa linha do desmembramento, essas duas são as mais estruturantes, as recomendações mais estruturantes que vieram da CTPP, então, além da gente dividir em duas APRMs, em dois Anteprojetos de Lei, uma para cada APRM, a gente propôs de que fosse criado um outro Anteprojeto, que reunisse todas as alterações nas outras APRMs já instituídas, além da Lei da Cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio estadual. Então, a gente sairia de um Anteprojeto para três Anteprojetos propostos. As alterações que foram trazidas pelo CBH elas, nessas outras APRMs, elas buscavam favorecer o processo de fiscalização, licenciamento, proteção, manutenção dos mananciais da Bacia do Alto Tietê, e são sugestões que partiram dos próprios gestores municipais e estaduais que atuam no tema, algumas padronizações, e também porque as ocupações de interesse regional e alguns outros instrumentos que não tinham sido desenvolvidos na época de cada uma delas, a gente vê que elas começaram a ser instruídas em 2006, até 2017, não tinham sido contemplados em algumas APRMs. Paralelo a isso, ao longo das discussões na CTPP, foi aprovado o Projeto de Lei que instituiu a lei 17.800, que já fez alterações na APRM da Guarapiranga. Então, na CTPP a gente reconduziu a organização dos trabalhos, então tudo o que foi já aprovado na Lei 17.800 foi desconsiderado e a gente se debruçou apenas sobre os pontos que não tinham sido contemplados nessa nova legislação. O terceiro ponto, então, é de promover ajustes apontados na redação da proposta de Anteprojeto de Lei, visando aprimoramento e esclarecimentos e uma melhor aplicação, que são as tabelas que estão no Anexo do Relatório. A gente dividiu em duas tabelas, as tabelas para o Guaió e Cabuçu - Tanque Grande, e as tabelas para as demais APRMs. Nesse sentido, para o Guaió e Cabuçu - Tanque Grande, a gente debateu muito sobre os conceitos, as atribuições relacionadas ao monitoramento, detalhamento das competências de licenciamento, das atividades pelo estado e pelos municípios, então, também compatibilizando o que estava sendo discutido na CTPN sobre a municipalização do licenciamento ambiental, e também a priorização de áreas para restauração florestal nos casos de supressão de vegetação nativa autorizada. O prazo de mais APRMs, essas discussões ficaram focadas, então, no papel dos escritórios regionais, nas atividades a serem licenciadas e regularizadas, nos usos permitidos nas zonas de intervenção, nos critérios de pagamento para a compensação, entre outros. Então a gente dividia e aí dividindo, os Anteprojetos teriam os ajustes. Nas tabelas, a gente só destacou o que foi proposto complementar ou alterar o texto que veio original do CBH, o que foi debatido, mas a conclusão foi de manter, a gente manteve, não está na tabela, então ficou o texto original, vindo do CBH. A quarta consideração foi, uma vez dividindo os Anteprojetos de Lei, eles teriam que ser compatibilizados com as alterações e ajustes recomendados pela CTPP nas três minutas propostas a serem apresentadas. No Anteprojeto de Lei que tratará sobre as APRMs vigentes, e a lei da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, a CTPP recomendou uma melhor identificação e separação por capítulos, porque acabou ficando um pouco

confuso, então era o Artigo 83, regulamentando o Artigo 3º da Lei XYZ, então a gente estava sugerindo que ficasse mais delimitado, mas claro, sobre qual APRM estava sendo tratada. No ponto seis, também na consideração do Anteprojeto, que reúne as alterações sobre a APRM da Guarapiranga, que sejam retirados todos os itens que já foram aprovados na Lei 17.800 e foque só no que não ficou abrangido. E também lembrete da inserção de um artigo aqui na versão original, é o artigo 91, que fala sobre o prazo para a regulamentação da lei. Então, as três minutas de Lei teriam que ter esse prazo, que fala de 180 dias para que ela seja regulamentada. No resumo foi isso, eu queria agradecer todos os conselheiros e conselheiras, os convidados, os participantes do Comitê de Bacia do Alto Tietê, que participaram das discussões, que enriqueceram o debate e que proporcionarão a gente ter essas informações organizadas nesse relatório. Obrigada.

01:58:42 Jonatas Trindade: Marina, parabéns pelo relato dos trabalhos feitos pela Comissão. Trabalho excepcional, realmente trabalho bem feito, que apresenta realmente contribuições ao Anteprojeto, e mostra o compromisso da Comissão, dos membros da Comissão, de fazer um trabalho bem feito mesmo. Não sei se alguém gostaria de comentar ou fazer alguma consideração em relação ao Relatório, se podemos aprovar o Relatório como apresentado, se tem algum ajuste que a gente precisa incluir ou algo do tipo, fique à vontade, pessoal.

01:59:33 Jorge Rocco: Bom dia, secretário, e demais membros. Só queria reforçar, na realidade, acabou nesse processo da Comissão que a Mariana colocou, oito reuniões para poder fazer essa adequação e desmembrar a proposta original do Comitê do Alto Tietê, e em três propostas específicas, a do Guaió, do Tanque Grande - Cabuçu, e, com isso também desmembrar o que estava em dispositivos transitórios, as modificações das demais Leis existentes. Nós, como usuário e Fiesp, as empresas para uma leitura clara, um regulamento, e até mesmo da Lei de Mananciais, a principal, que traz praticamente hoje cada proposta de APRM, seu PDPA, tem o acompanhamento dentro da Lei específica, então você imagina, tem uma Lei única com diversos PDPA's, Anexo a essa lei principal, até mesmo, claro, com todo o respeito a justificativa de análise dentro da Assembleia Legislativa, isso traria, com certeza, uma condição muito ruim e, mais do que isso, para o usuário público e privado, de comum entendimento da norma, ela estava com uma redação que dificultava a interpretação técnica e jurídica da sua aplicação, principalmente nos aspectos, qual era o texto que você estava aplicando em qual APRM, então eu acho que foi sensato por parte da comissão fazer esse desmembramento e fazer essa proposta, claro, causa um trabalho a mais aí para o CRH e para o Alto Tietê, mas eu acho que vai fazer com que tenhamos uma legislação muito mais clara, como tem nas demais APRMs que estão em andamento. Nós estamos lá também com a Paraíba do Sul, e já teve também a do São Lourenço, Jequitibá, também sendo analisada no passado, então elas estão cada uma com seu documento principal, que é anexo PDPA, que é fundamental para poder interpretar o que foi estabelecido, principalmente também na questão relacionada ao uso e ocupação do solo. Então, esse entendimento é fundamental para os usuários públicos e privados.

02:02:05

Glória

Roberta

Paffi:

Obrigada. Temos aqui também a próxima inscrita, a Fernanda Brando, da USP.

02:02:12

Fernanda

Brando:

Bom dia. Gostaria só de parabenizar, na pessoa da Marina, todo o trabalho realizado, de todo o grupo que trabalhou por muitos dias e muitos encontros nisso, nem todos estão presentes em todos os momentos, mas as contribuições são muito ricas, mesmo com pontos divergentes, houve uma sabedoria para conduzir as coisas num senso e num sentido que resultou no que está sendo apresentado. Então, gostaria de parabenizar pelos trabalhos dos bastidores que foi feito e também dos integrantes, e desejar que os próximos encontros tenham resultados positivos como esse. Obrigada.

02:03:00

Glória Roberta Paffi: Obrigada. Alguém mais inscrito? Por favor, doutora Rosa.

02:03:08

Rosa Ramos: Bem, também quero me manifestar para enaltecer o trabalho da Comissão, na pessoa da Marina, dizer que a gente recepcionou **essa individualização das Leis específicas das bacias com muito bons olhos. De fato, seria muito complexo** (02:03:18 áudio falhou) se elas estivessem juntas, porque há características muito específicas de cada região, e eu posso falar de uma delas, que é a do Guaió e que aguardamos com muita expectativa, afinal de contas, a gente não pode deixar de mencionar que a Política Nacional de Recursos Hídricos é de 97, então vamos combinar que a gente está muito atrasado, então quero parabenizar a Comissão que se debruçou, a gente tem membros da Comissão acompanhando a discussão, embora não sejamos membros efetivos, mas nosso pessoal acompanhou efetivamente todas as discussões, nos relatando todo o trabalho que foi desenvolvido sob a condução da Marina, então, aguardamos ansiosamente que isso tenha impulso agora para que, de fato, se transforme em Lei, porque sem isso também a gente vai jogar todo um trabalho de tanto tempo, e tenho certeza que a Secretaria vai se empenhar nisso.

02:04:26

Glória Roberta Paffi: Obrigada, doutora Rosa. Então, considerando todas as manifestações favoráveis, **foi aprovado o relatório final de forma** (02:04:31 áudio falhou) unânime. Parabéns Marina. Vamos passar agora para o terceiro item da pauta do dia, que será a apreciação da proposta de alteração dos limites do Pepb - Parque Estadual da Restinga de Bertioga. Diego?

02:05:31

Diego (sobrenome): Bom dia a todos e todas. É um prazer poder estar à frente dessa plenária para poder apresentar um dos projetos mais importantes que a gente conduziu na Fundação Florestal nos últimos anos, que envolve um trabalho muito técnico, muito dedicado das nossas equipes, tanto no que se refere aos atributos ambientais, as qualidades do nosso Parque Estadual Restinga de Bertioga, mas também há uma forte análise técnica e jurídica no ponto do campo fundiário. Eu costumo dizer que sempre falar, fazer projetos que envolvem regularização fundiária, são aqueles projetos em que você faz com o prazo do sonho, e o sonho, esse prazo que a gente delineia, desde a concepção do projeto, muitas vezes ele é afetado por diversas

questões que envolvem esse tema de análise e trabalhos de informações fundiárias. Mas eu queria, então, primeiro destacar o trabalho técnico e fundiário, feito tanto pela equipe do núcleo de regularização da Fundação Florestal, quanto pela nossa equipe de gestão do Parque Estadual Restinga de Bertiooga, aqui presente, o Eduardo Ferreira e a Juliana Castro, gestores respectivamente do Parque Estadual Restinga de Bertiooga, e a Juliana, do Parque Estadual da Serra do Mar, núcleo Bertiooga, importante dizer isso porque esse município, ele tem um esforço triplo de gestão da Fundação, então porque a gente conseguiu criar um mosaico mesmo em Bertiooga e uma conjunção de esforços, tanto do Parque Estadual da Serra do Mar, quanto da Restinga, e quanto da APA Marinha do Litoral Centro também. Então, esse projeto visa a adequação dos limites do Parque Estadual Restinga de Bertiooga, em três núcleos urbanos, em três núcleos consolidados, queria também aqui, desculpa, Gerlan, em seu nome, em nome de todos os presentes aqui das associações de moradores, obrigado pela presença e por todo o apoio que vocês deram, tanto porque cobrança é apoio também, então a proposta, ela gira em torno, ela foca exatamente nessa necessidade de regularizar os núcleos urbanos do PERB, afetando essa área numa proposta de afetação dessa área, que já encontrava desde a criação da unidade uma urbanização. Então, falando rapidamente, a gente tem um município de Bertiooga em vermelho, o Parque Estadual da Serra do Mar, os limites atuais do PERB, em amarelo. Como eu falei, é importante a gente ver que o Parque Estadual Restinga de Bertiooga criou um corredor, desde a praia, então, desde a faixa de praia, até a Serra do Mar, permitindo que haja esse contínuo que a gente não tem na Baixada Santista em quase todos os pontos aqui da Baixada. O PERB foi criado em 2010, uma unidade recente, veio num esforço de proteção dessa vegetação de restinga ali no ano de 2010, atualmente, ele conta com 9.300 hectares, representa 19% do município de Bertiooga. Um pouco rapidamente sobre os atrativos, eu diria que hoje a Bertiooga é um dos municípios com maior capacidade de desenvolvimento do ecoturismo, porque esse contexto de Unidades de Conservação justapostas, sobrepostas, o próprio apoio que o município dá, e promover o ecoturismo sustentável, isso tem trazido fortes resultados. Hoje a gente tem 18 trilhas operando, mapeadas, duas praias protegidas pela unidade, como eu falei, isso é muito raro no estado de São Paulo, a gente conseguir encostar a Unidade de Conservação de proteção integral na faixa de praia, isso é muito importante para a proteção da Restinga Jundu, é muito importante para a contenção da erosão costeira, e a gente tem poucos pontos no estado com essa característica. E a gente tem seis trilhas operando de uma forma comercialmente muito organizada, que eu diria que a gente tem um desafio nas Unidades de Conservação que é transformar atrativo em produto turístico. Isso, às vezes, é muito longe, você tem um atrativo muito bonito, uma cachoeira muito bonita, uma trilha, um caminho muito bonito, que tem uma história, mas transformar isso num produto organizado, seguro, isso é muito difícil, e é por isso que eu parablenizo vocês pelo trabalho que está sendo feito. Em termos só de vegetação, a gente tem uma composição majoritária em Floresta Ombrófila Densa, com influência Aluvial, com essa influência flúvio marinha, muito representativa. E a Restinga muito desenvolvida, ela é com estágio de vegetação bastante representativos. Em termos de fauna, são mais de 500 espécies de vertebrados, aqui é importante destacar que são 23 espécies de peixe de água doce, não é uma, comparando-se com outros resultados de Mata Atlântica nessa faixa, isso é muito representativo. Ainda há muito campo de estudo, ainda, na ictiofauna da Restinga, porque são animais que vivem dessa

influência fluviomarinha, então a gente pode encontrar coisas novas ali. Os mamíferos que felizmente a gente está conseguindo monitorar, está conseguindo identificar. Ainda não chegou a onça-pintada, ainda em Bertioga, mas é uma hora vai chegar lá, está lá na Serra do Mar, está vindo da Juréia, uma hora ela chega. Bom, e aí a gente chega no Plano de Manejo, o documento de 2018 que consolidou grande parte dos estudos dedicados a essa unidade, tanto pretéritos quanto após a criação e especificamente, com base na resolução SMA, 203, que instituiu o Plano de Manejo do Parque Estadual Restinga de Bertioga, a gente teve então uma cláusula, um dispositivo que nos traz até hoje, que nos trouxe essa obrigação de fazer e essa obrigação hoje então, de 2018, a gente trabalhou desde essa época da aprovação do Plano, eu falei fortemente dedicado à execução do artigo 23 desta resolução, que fala sobre os núcleos urbanos localizados na Vila da Mata, em Guaratuba, Carvalho Pinto, entre Guaratuba e Boracéia, e Morro do Itaguá, entre Guaratuba e Boracéia, na Chácara do Balneário Mogiano, são indicados como área para exclusão, e esse dispositivo, ele traz também uma obrigação para nós de suportar essa desafetação com uma ampliação de, no mínimo, o dobro dessa área. Então, como eu falei, a prospecção de áreas para ampliação no município de Bertioga é muito difícil, porque é um município com bastante Unidade de Conservação, com várias regras ambientais já instituídas e a possibilidade de encontrar áreas passíveis de incorporação dentro do PERBs foi um grande desafio. Então como que a gente conseguiu fazer isso? E aí eu vou até vou passar para vocês falarem um pouco sobre os núcleos urbanos em si e sobre as comunidades, sobre o tratamento que vocês têm dado, mas eu acho importante falar um pouquinho sobre como a gente encontrou essas áreas. Primeiro que, e aqui eu queria agradecer a Cetesb também, Thomaz, porque a gente trabalhou com uma lógica de olhar para o município e ver aqueles empreendimentos habitacionais que pudessem ter sido licenciados um tempo pretérito e que não encontraram a capacidade de averbação, ou que já tinham uma averbação de área verde, que já tinha uma averbação potencialmente limítrofe ao PERB, e buscar, através do órgão licenciador, essas áreas, bom, aqui é um ponto de partida importante porque a gente já consegue entender áreas que não são edificáveis e que possam ser prospectadas com mais foco pela nossa equipe, e isso gerou bastante resultados, isso gerou bastante potencialidades, porque quando a gente faz essa prospecção, naturalmente a gente enfrenta, a gente trabalha em cima de áreas que já possuem alguns atributos, já foram desde a concepção daquele empreendimento habitacional, já tiveram essa definição como área verde, então nós encontramos uma área bastante importante ali na região do Vista Linda, logo ali no pé da Mogi, Bertioga, pro lado direito, ali, e a gente encontrou uma possibilidade de incorporação do PERB de uma área limítrofe, mas só para vocês terem uma ideia, isso representou uma análise de mais de 150 matrículas, que foram subdivididas e que precisavam ser unificadas, ou que precisavam ser internalizadas como um único objeto de ampliação, então, a cada análise que a gente fazia dessa área, 150 desdobramentos precisavam ser feitos junto aos cartórios e junto as atualizações necessárias. Então a gente chegou a esse ponto, e felizmente também a gente conseguiu observar durante esses estudos fundiários, esse aprofundamento do estudo fundiário de Bertioga, a gente conseguiu encontrar uma proposta de criação de RPPN que não havia sido instituída, uma área que já tinha uma proposta de criação de RPPN, mas que já havia sido indenizada pelo estado, então, a gente percebeu, opa, aqui nós temos um campo, aqui nós temos uma solução do nosso problema, a gente

consegue ampliar a unidade até mais vezes do que a gente obrigatoriamente precisa, lembrando que o Plano de Manejo ele já trouxe os polígonos de desafetação, ele delimitou isso como área de exclusão, e a gente cruzou essas informações com essas possibilidades de ampliação, encontramos então uma solução para isso. Agora eu queria passar para vocês falarem um pouquinho dos núcleos, mas depois a gente volta para mostrar especificamente as linhas, os mapas, mas eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de conduzir esse projeto, porque como eu falei, a gente mexe com vidas, as pessoas estão lá, durante esses anos, desde o Plano de Manejo e desde a criação da Unidade, a gente teve que trabalhar na limitação, na limitação de construções, no congelamento desses núcleos, então hoje a gente está trazendo uma pauta de solução de problemas para a vida de muitas pessoas.

02:16:15 Eduardo (sobrenome): Olá, obrigado pela oportunidade, um bom dia a todos. Meu nome é Eduardo, eu trabalho na Fundação Florestal e a gente vai dar um contexto, um pouquinho sobre o que Diego vinha tratando em relação aos núcleos de ocupação humana. Eu gostaria de agradecer a presença dos moradores desses núcleos, que vem trabalhando ao longo desses anos, durante a criação dessa proposta e até a implementação dela até o dia de hoje, em várias frentes, a gente vai falar um pouquinho mais disso agora. Essas são as cinco áreas que o Diego abordou, que estão inseridas no Parque Estadual Restinga de Bertioga, dentro dos seus núcleos, e que foram definidas pelo Plano de Manejo de 2018 como área de ocupação humana. Então, até a criação do Plano de Manejo, elas tinham um tratamento um pouco diferente, e com os regramentos dispostos no Plano de Manejo, trouxeram algumas melhorias para essas comunidades que já estavam inseridas no contexto do interior do parque, antes da criação, lá em 2010. Então, nós estamos falando de cinco núcleos que estão inseridos no Parque Estadual Restinga de Bertioga atualmente, que compreendem cerca de 21, 22 hectares, e abrigam aproximadamente 234 edificações. Então, são edificações que tem caráter de moradia e que abrigam famílias que residem no interior do PERB. A nossa proposta consiste na alteração dos limites, mitigando alguns problemas relacionados a alguns desses núcleos e a gente está bastante feliz de trazer ela aqui hoje. Só para não esquecer, se não a Juliana acaba brigando comigo, é bastante importante a gente dizer que ao longo desses anos, dentro desses núcleos, além das atividades de fiscalização, como o Diego bem pontuou no sentido de coibir a expansão desses núcleos e manter as características da região, foram desenvolvidas diversas atividades nos aspectos relacionados à educação ambiental e a proposição de medidas e de oportunidades que essas comunidades poderiam buscar de desenvolver atividades compatíveis com a Unidade de Conservação nesse momento, e em um futuro próximo, com o avanço da proposta, sendo áreas que vão estar adjacentes, bem próximas, coladas aos limites da Unidade de Conservação. Eu acho que os senhores conhecem o contexto de ocupação da Baixada Santista, então áreas verdes preservadas, que sejam compatíveis com as Unidades de Conservação, principalmente em Bertioga, se tratando de Restinga, ainda não ocupas e mantidas com suas feições originais, são bastante difíceis de se encontrar, principalmente nessa ordem de dimensão, então, como o Diego trouxe, a princípio, foi prospectada área do loteamento, área dois, que a gente conheceu como área dois, que na cidade, comumente é conhecida como Citymar, que o empreendedor dessa proposta, desse loteamento, é uma área que está contígua ao Parque Estadual Restinga de

Bertioga, as outras margens do Rio Itapanhaú, que é um Rio muito importante para toda a bacia hidrográfica da Baixada, e que dá margem para todos esses tipos de pesquisa, com ictiofauna dos rios em Bertioga. Eu acho que dá muito pano para manga, além dos outros rios que estão no interior do parque. E a área um, é a área que o Diego bem trouxe, relacionada à questão da RPPN, então era uma área que estava entre glebas do Parque Estadual Restinga de Bertioga, e tem as mesmas características de fitofisionomias, e também de estado de conservação, então, uma área muito pouco alterada e que vai permitir a gente fazer a gestão desse contínuo, incorporando essa antiga RPPN, e no final a gente vai chegar perto dos 400 hectares de ampliação, avançando e conseguindo a compensação disposta no Plano de Manejo em cerca de 20 vezes mais do que o que é pedido, que para a gente é bastante feliz atender a demanda, ainda conseguir receber essas áreas para a manutenção da gestão do Parque Estadual Restinga de Bertioga. Aí, como o Diego trouxe, e eu acabei de citar também, tivemos algumas dificuldades e no final ainda foi bastante feliz a questão da RPPN, que veio como um fato novo, conseguiu ajudar a gente a ampliar ainda mais a questão das áreas a serem incorporadas e a gente conseguiu atingir o principal objetivo da ampliação. Então, trazendo um pouquinho mais as características da área, essa área é a área que a gente conhece como Área 01, que reflete a questão do loteamento não implementado. Então, ao fundo a gente consegue ver o Parque Estadual Serra do Mar, contíguo a ele, o Parque Estadual Restinga de Bertioga, e essa é uma imagem da área, especificamente lá de Vista Linda, do bairro Vista Linda, que vai ser incorporada ao PERB, o Parque Estadual Restinga de Bertioga. Então, nessa área a gente já consegue praticamente 300 hectares de ampliação para os limites do Parque Estadual Restinga de Bertioga, ela não tem nenhuma ocupação, ela mantém as características de fitofisionomia do Parque Estadual Restinga de Bertioga, e o que a gente traz com relação aos vetores são questões que estão intrínsecas à realidade do município de Bertioga e a Unidade de Conservação no geral. Então, é uma área bastante interessante, compatível com o que a gente já tem no Parque Estadual Restinga de Bertioga. Essa área entre glebas é o Parque Estadual Restinga de Bertioga, que seria destinada à RPPN, e essa segunda é do loteamento. A área do loteamento, a gente tem um pouco mais de problema relacionado à pressão, no sentido que ela está mais inserida no centro urbano entre o Rio Itapanhaú e a rodovia Rio-Santos, então tem alguns núcleos urbanos estabelecidos às margens da rodovia Rio-Santos, que chegam até perto dessa área. Então, para além do atendimento da proposta do Plano de Manejo, da ampliação de uma Unidade de Conservação, a gente entende que esse movimento também consiga colaborar para a manutenção das características dessa área. Essa área é uma área que está às margens do Rio Itapanhaú, como eu trouxe para vocês, e ela possui dois rios no seu interior. E a proposta que a gente traz aqui hoje é basicamente no sentido de atender essas três áreas que estão inseridas naquelas cinco apresentadas anteriormente. Então a gente tem aqui, a gente tem nessa imagem mais à direita, em cima, o núcleo do Chácaras do Balneário Mogiano, que fica ao final da Avenida Deputado Emílio Justos, lá no bairro de Boracéia, a gente tem o Morro de Itaguá, a Barreira do Rio Guaratuba, e a rua Carvalho Pinto, que é um núcleo consolidado também às margens da Rio-Santos, próximo ao Rio Guaratuba, e a Vila da Mata, mais à esquerda, que fica atrás do loteamento Costa do Sol, todos eles ali, na face mais ao norte do parque, entre a região de Boracéia e Guaratuba. E aqui a gente tem uma ilustração das imagens a serem incorporadas, então

a esquerda em amarelo, a área do Citymar, que remete ao loteamento, e a área em verde remete a área da RPPN, que vai ser incorporada. E, com a incorporação dessas áreas, a gente vai ter mais ou menos um desenho parecido com esse para o Parque Estadual Restinga de Bertioga. Então aquele fragmento que havia aqui na faixa mais próximo ali ao Rio Itaguapé, ele não vai existir mais por conta da incorporação, se assim for ocorrer, a gente tem alteração dos limites nesses núcleos urbanos citados e a ampliação dessa área que eu comentei que chega mais perto da malha urbana, que remete ali ao bairro de Vista Linda e a área do Citymar Imóveis, loteamento. E é isso basicamente o que a gente gostaria de trazer, não sei se o Diego quer complementar.

02:25:22 Diego (sobrenome): Obrigado, Eduardo, é só para encerrar, foi muito boa suas citações, dizer que a gente está resolvendo também com isso uma situação muito importante. O Ministério Público tinha ajuizado uma ação em que cobrava de nós uma fiscalização, o congelamento, a fiscalização rotineira dessas áreas, nos imputando bastante responsabilidade na atuação de novas construções, e é importante enaltecer, Jonas e toda a plenária, quanto à comunidade nos foi parceira, porque entendendo a situação, desde o princípio e vendo a nossa dedicação em cima da prospecção de áreas e na busca de solucionar isso, nunca atuou à revelia do congelamento, das reformas, nunca buscou fazer isso de forma impactante, sempre respeitando as regras, então é importante citar isso também, e nós publicamos todo esse projeto através de uma resolução da SEMIL que trouxe todo esse trabalho, publicou, deu visibilidade, publicidade a todo ele, e a gente teve nos últimos 15 dias, desde a publicação da resolução, a gente não teve nenhuma impugnação desse processo, então eu acho que ele está apto a deliberação da plenária, muito obrigado.

02:26:57 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Diego. Senhor Jonas.

02:27:03 Jonas Trindade: Só para elogiar o trabalho cuidadoso da Fundação, junto à comunidade também, e a importância do projeto com essa ampliação significativa da área do parque, e eu acho que deixar aberto para ponderações e discussão aqui do CONSEMA. Doutor Daniel levantou a mão, Prioste também. Quem mais gostaria? Henrique.

02:28:10 Glória Roberta Paffi: Então vamos passar para a rodada dos inscritos. Eu chamo aqui o doutor Daniel, da PGE.

02:28:18	Daniel	Smolentzov:
Obrigado, Roberta, obrigado, Jonas. Eu gostaria de parabenizar a equipe da Fundação Florestal, é um processo que eu conheço bem, particularmente, por dois motivos, o primeiro motivo é porque eu sou frequentador assíduo de Bertioga, e por isso também frequento bastante a Unidade de Conservação, as trilhas que foram mencionadas pelo Diego, aliás, parabéns, as trilhas estão realmente muito bem estruturadas, eu costumo fazer essas trilhas, inclusive, com o meu filho de oito anos, e é um programa muito legal para toda a família, esse contato com a natureza, com a Unidade de Conservação, importantíssimo para a educação ambiental. Então, parabéns a Fundação Florestal, quero deixar registrado aqui um abraço em especial para Juliana, que a Juliana sempre		

me recebe com bastante carinho na Fundação Florestal, lá em Bertioga. Eu aproveito, faço, eu tenho o meu olhar de turista e tenho o meu olhar também de procurador, então a Juliana é sempre muito bastante carinhosa lá comigo, com a minha família, e quero deixar isso aqui registrado, o meu agradecimento não só ela, mas toda a equipe da Fundação Florestal lá de Bertioga. Então, eu tenho essa proximidade por conta de frequentar lá o local, como eu falei, e também, nesse caso específico da ampliação, a desafetação e a ampliação do Parque Estadual Restinga de Bertioga, também já atuei como procurador, porque o processo passou por mim antes de ser editada a resolução que foi mencionada pelo Diego. É um processo que está muito bem fundamentado, realmente, a Fundação Florestal fez um trabalho de excelência junto às comunidades também, essa parceria que foi enaltecida é muito importante, então eu quero deixar aqui meus cumprimentos também aos representantes das comunidades que estão aqui conosco hoje no CONSEMA. Eu acho que construímos essa solução em conjunto, né, Prioste, você vai falar depois de mim, mas eu acho que um pouco do que reflete o nosso anseio com o trabalho que nós estamos propondo em relação a todo o estado de São Paulo, uma solução feita para o caso concreto, onde nós estamos respeitando as populações que lá estão, e também estamos respeitando as questões ambientais, a proteção do meio ambiente. Como foi dito aqui, nós vamos ter um ganho de quase 400 hectares na Unidade de Conservação de Proteção Integral, isso é muito relevante. E também, por outro lado, as comunidades que lá estão vão conseguir prosseguir com as suas vidas, no local onde estão acostumadas, onde tem as suas famílias, as suas histórias. Então, parabéns a Fundação Florestal, parabéns às comunidades envolvidas e espero que o projeto conte com a aprovação unânime aqui deste conselho e que possamos prosseguir para a readequação da Unidade de Conservação. Obrigado.

02:31:59 Glória Roberta Paffi: Obrigada, doutor Daniel, vamos passar para o próximo inscrito, Fernando Prioste.

02:32:05 Fernando Prioste Obrigado, Roberta. Primeiro, eu quero também reconhecer a importância do trabalho do estado de São Paulo, da Fundação Florestal, naquela região como um todo e, especificamente, no debate que estamos fazendo hoje. Sobre tudo, porque essa região, e eu diria assim, do meio para o final da década de 80, década de 90, sofreu intensas transformações, e essas transformações derivadas principalmente da ocupação humana naquela região, acho que talvez o maior símbolo é o condomínio lá de Riviera de São Lourenço, dessa situação, que eu acho que tem muitas visões até ambíguas sobre o papel da Riviera de São Lourenço, a forma com que foi instituída esse, digamos assim, condomínio, e as pressões fundiárias que estão envolvidas não só nessa região, mas no litoral todo do estado de São Paulo, e os conflitos que existem com as questões ambientais, não só com as Unidades de Conservação. E eu pude ver, desse trabalho todo que foi apresentado, me detive a ler todo o material, um esforço muito grande para tentar conciliar esses vários interesses que são conciliáveis, que eu vejo que a Unidade de Conservação ela veio com uma importância muito grande para essa região, justamente para frear esses processos de ocupação em determinadas regiões em que, de fato, é necessário ter uma conservação, mas vejo aqui, inclusive pelo que está narrado na documentação, a forma com que foi trazida a nós que, mais uma vez, a Unidade de Conservação foi instituída e se sobrepôs a regiões que

estão ocupados por pessoas que têm uma capacidade econômica menor do que outros que não foram afetadas. Então, a recategorização faz justiça nesse sentido também socioambiental para essas famílias que não são famílias de alta renda, pelo que eu pude ver da documentação, e que foram afetadas porque o estado, no momento da instituição da Unidade de Conservação, não olhou com essa couraça toda, justamente essas regiões. E também acho que a desafetação dessas áreas é fundamental para que a estrutura pública vá até essas regiões com saneamento básico, por exemplo, com as questões das vias de acesso e tal, e isso traz, na minha forma de ver, benefícios para o parque estadual, para as questões ecológicas daquela região, ainda que exista um grande leque de questões a serem debatidas e várias pressões imobiliárias e outras naquela região. Mas eu fiquei também com uma dúvida, ainda, por fim, sobre a existência de outros núcleos de ocupação, outras residências na área do parque, e eu não consegui, pela documentação ter certeza disso, porque tem alguns questionamentos que foram feitos na Audiência Pública sobre eventuais moradias que ficariam fora e tal, se vocês tem informações sobre outras ocupações urbanas, quais as situações, se elas existem, como elas se relacionam com esse procedimento aqui? Obrigado.

02:34:59 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Fernando Prioste. Vamos passar para o próximo inscrito, senhor Edson Lobato.

02:35:07 Edson Lobato: Bom dia a todas e todos. Me chamo Edson Lobato, também conhecido como Fredê, eu represento o Instituto de Conservação Costeira, aqui do litoral norte. Primeiro parabenizar a equipe da Fundação Florestal pela iniciativa da Fundação que eu fiz parte durante 17 anos como gestor do núcleo São Sebastião do Parque da Serra do Mar. E eu fui o primeiro gestor do PERB, e à época foi uma luta muito importante para implantar esse impacto da restinga, e também agora, com essa iniciativa, a gente percebe que diminuíram os conflitos entre uma Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral e as comunidades do entorno, isso é muito importante. À época, conseguimos implantar um Conselho Consultivo bastante forte, imponderado e consistente, assim como também implantamos as operações integradas, que contava com a polícia ambiental, a equipe nossa, do Núcleo Sebastião e a guarda ambiental municipal, enfim, eu fico muito contente em saber que o Parque da Restinga, eu já tinha informações de outras pessoas, constituído por todos os programas de gestão e uso público com essas manifestações que foram feitas. Enfim, é mais para parabenizar e fico muito contente com essa iniciativa, e um exemplo a ser seguido em outras regiões cujos conflitos prejudicam muito a gestão, e eu me coloco aí como ex-gestor, eu sei do que se trata, e é o tipo de resolução, tipo de iniciativa que facilita bastante a aproximação entre as Unidades de Conservação e as comunidades do entorno, enfim, da sociedade como um todo. Parabéns equipe, parabéns a todos envolvidos.

02:37:01 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Edson. Vamos passar para a próxima inscrita, a doutora Cláudia Maria Habib.

02:37:17 Claudia Maria Lico Habib Tofano: Obrigada pela palavra. Gostaria de parabenizar a Fundação Florestal, também pelo trabalho e pelo esforço. Eu gostei do que o conselheiro Prioste disse, esse esforço grande e gigante para conciliar interesses

tão complexos e que são conciliáveis, sem dúvida alguma. Nós temos aqui uma questão muito antiga, nós entramos em contato, inclusive, com a colega na Baixada Santista, doutora Flávia, as alterações aqui dos limites será efetivado por meio de instrumento jurídico, e a consolidação é uma questão muito antiga, os relatórios da Fundação Florestal traziam isso, e queremos ressaltar apenas a necessidade de se cumprir aqui a proposta de compensar essas áreas de exclusão pela soma de áreas protegidas de, no mínimo duas vezes, tal como consta aqui na resolução, mas era isso e mais uma vez a gente parabeniza todos, toda equipe pelo trabalho desenvolvido, muito obrigada.

02:38:24 Glória Roberta Paffi: Muito obrigada, doutora Cláudia. Próximo inscrito, Henrique.

02:38:33 Henrique Kefalas: Bom dia a todos. Eu gostaria também de fazer coro às demais falas, parabenizando pelo trabalho desenvolvido, adicionando um elemento a questão colocada pelo conselheiro Fernando Prioste, no sentido de como que se prevê agora essa perspectiva de tratamento fundiário para esses bairros, agora que essas localidades que não mais integram o Parque agora, como que isso de fato, haverá um reconhecimento fundiário dessas áreas, então, é uma dúvida nesse sentido, de como que será dada a garantia de permanência dessas comunidades nesses locais, e como isso passa a integrar a malha urbana de Bertioga, no sentido, qual que é a proposta, o que foi construído junto, não sei se é com a prefeitura, e até entender sobre o ponto de vista da própria Fundação Florestal, no sentido se chegou a aventar-se a essa possibilidade, a gente vem comentando aqui sobre a dupla afetação de áreas, de que eventualmente isso pudesse vir a se consolidar como espaços especialmente protegidos também, salvaguardando inclusive essas ocupações e essa permanência dessas comunidades nesse território. E gostaria de adicionalmente a essa minha dúvida, colocar também em lente que isso é um processo que vem sendo tratado por outra Unidade de Conservação, gerida pela Fundação Florestal, que é a Apa Marinha do Litoral Centro, as contínuas ameaças à biodiversidade e as condições naturais desses espaços de Restinga. A gente tem recentemente colocado a perspectiva de ampliação do empreendimento ali na região de Riviera, de São Lourenço, com a previsão de uma construção de uma Marina, um projeto antigo da década de 70 e que volta à tona numa perspectiva de ocupação desse espaço, agravando processos que já estão consolidados ali de ocupação de áreas que precisam ser especialmente protegidas e, de fato, ter um uso mais adequado frente aos processos que a gente está vivendo, de aumento do nível do mar, mudanças climáticas, uma previsão de uma grande intervenção como essa na região gera bastante preocupação, e que isso que a gente consiga contar com esse mesmo esforço de adequação desse processo de agora, para fazer um enfrentamento a uma expansão de um empreendimento dessa natureza, desse tamanho, que pode gerar prejuízos incomensuráveis a toda a dinâmica de espécies ainda desconhecidas flúvio marinhas na região, que podem ser severamente impactada pela consolidação de um empreendimento dessa natureza. Agradeço.

02:41:21 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Henrique. Vamos passar para o próximo inscrito, doutor Thomaz.

02:41:28 Thomaz Toledo: Bom, só também reforçar os parabéns pela etapa concluída.

A equipe da Fundação Florestal, nós, como braços executivos da SEMIL, ao lado da polícia, a Fundação Florestal, Cetesb, e realmente consolidar uma proposta de ampliação ou criação de Unidade de Conservação nunca é fácil, nós contribuimos nas discussões com o conhecimento que a gente tem lá da região, e é uma região cheia de atributos ambientais relevantes, e cheia de sensibilidades também, ambientais, e isso, acho que é refletido não só na discussão da criação da Unidade de Conservação e da ampliação, mas também no licenciamento, aí trabalhando nas duas ferramentas previstas, então, todo licenciamento que a gente vai fazer ali na região é um licenciamento delicado e que toma tempo, em geral, os processos não são rápidos, os licenciamentos são feitos, a maioria das demandas que a gente tem naquela região são demandas que levam à intervenção, com necessidade de supressão de vegetação e remanescente de Mata Atlântica, então, necessariamente qualquer tipo de intervenção leva uma discussão mais criteriosa no licenciamento ambiental, e aí quando a gente tem um esforço de planejamento territorial e de discussão para a região, que é concluído com uma proposta de ampliação de Unidade de Conservação, para a gente que trabalha com licenciamento ambiental, isso é muito bom, porque traz uma segurança para que a gente faça naquele território, já estão estabelecidas as regras do que pode, o que não pode. Esse desenho territorial é muito importante para a gente enquanto órgão licenciador, então, mais uma vez parabenizar, para a gente é super importante e contem com o apoio da Cetesb.

02:43:38 Glória Roberta Paffi: Obrigada doutor Thomaz, passo agora para o Rodrigo.

02:43:44 Rodrigo Levkovicz: Só primeiro parabenizando o Diego pela apresentação, Eduardo, a Ju, que está aí, toda equipe, Rodrigo Victor, que esteve também conduzindo as Audiências. O que eu acho importante aqui, quando entrar na parte técnica, mas é concluir um processo público, porque a Unidade de Conservação foi criada, isso foi detectado, houve uma indicação para que fosse consertado, o Plano de Manejo veio, trouxe isso e agora conclui, fecha um círculo, então, acho que às vezes a gente peca por não fechar círculos no poder público e acho que é importante isso. Agradecer, acho que também fazia uma referência histórica, então agradecer ao Trani que estava lá quando foi criada, Fredê, o Ítalo, Zé Pedro, Fábio Feldman, mas principalmente Adriana Mattoso, teve um papel super importante na criação do PERB, e que às vezes não sai perfeito, mas assim, saiu extraordinário, isso que importa. Aí as perguntas, ainda assim existem algumas pessoas que estão e que não estão sendo beneficiadas por essa ação, mas não existem aglomerados urbanos que não estão sendo beneficiados, até onde a gente mapeou, vamos ter que avançar também para que essas pessoas tenham dignidade, então acho que é uma continuidade de ação, então acho que essa é a resposta. Aqui a situação difere um pouco de Bombas, porque é um aglomerado urbano, está ali num contexto urbano, lá em Bombas é outra situação, a gente está tentando tratar cada caso como um caso, e sempre tentando ser justo. Marina, a gente vai se manifestar no bojo do licenciamento, Cetesb mandou manifestação técnica, continuamos dessa forma. E é isso, agradecer a todos, importante dizer que hoje a gente vota a desafetação e vota ampliação em áreas que foram incorporadas, então é um casado de ações e que eu acho que fortalece muito a gestão ali da biodiversidade, principalmente em Bertioga, e todo o trabalho que é feito, fazer a propaganda aqui, que eu até separei, Nossos Parques,

Nosso Quintal, é uma atividade que a equipe faz lá todo domingo, então a família pode ir, foi o que o Daniel vai, parabéns pela iniciativa, Eduardo, Juliana, toda a equipe que está aqui, parabéns.

02:46:15 Jonatas Trindade: Obrigado, Rodrigo. Realmente, tem que reconhecer o trabalho que vem sendo feito. Eu sempre falo, não é um trabalho de hoje, é um trabalho que tem que ter uma continuidade, como bem colocou o Rodrigo, a gente tem que finalizar e dar encaminhamento necessário. Eu acho que esse é o compromisso da Secretaria nesse sentido, de valorizar o trabalho que tem sido feito, não é um trabalho de hoje, entendendo todo o contexto e entendendo a forma de encaminhar da melhor forma possível. Então, parabenizar mais uma vez o trabalho da equipe técnica envolvida, da Fundação como um todo, envolvimento de todos aqueles que contribuíram com esse processo, a participação da comunidade, da população local, a relevância dessa participação e desse engajamento para poder endereçar da forma correta essa proposta. Então, aproveitando o ensejo, também tinha uma mensagem do professor Alexandre Perinotto, que não conseguiu se manifestar, em relação à questão da área de Campos, essas áreas que têm uma importância em relação à questão da biodiversidade, estamos sensíveis a questão também e reforçar o interesse da Secretaria em trabalhar junto com vocês para buscar uma solução, ou pelo menos de conscientização em relação a essas áreas de Campos e altitude, de Campos de uma forma geral, entendendo também um contexto que levou a discussão do Projeto de Lei que foi votado na Câmara, respeitando também o trabalho dos parlamentares, mas tentando trazer essa conscientização da importância dessas áreas do ponto de vista da biodiversidade, e trazer a votação dos conselheiros essa proposta apresentada pela Fundação, nesse momento tão oportuno. Então, alguém contrário, alguma manifestação adicional? Podemos aprovar da forma como proposta? Então, aprovado por unanimidade.

02:48:34 Rodrigo Levkovicz: Pessoal, já puxou a nossa orelha aqui. Agradecer a Jennifer também, que trabalhou bastante. A gente já recebeu puxão de orelha de orelha aqui no WhatsApp, deve ter caído aí no seu WhatsApp também, Diego. Tomamos puxão de orelha da equipe.

02:48:52 Glória Roberta Paffi: Diante de todo esse trabalho realizado, agradeço a presença de todos, e dou por encerrada a presente reunião. Obrigada.

02:49:00 Jonatas Trindade: Obrigado, pessoal, boa páscoa.